

Relatório de Gestão da
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
do Estado do Pará



Biênio
2019

2021

MPPA
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Seja em Belém ou em um município do interior, o Ministério Público do Estado do Pará está presente para atender a sociedade e defender os direitos coletivos de acesso a saúde, educação, segurança pública e demais interesses sociais indisponíveis.



Ações Constitucionais e
Consumidor fazenda
pública



Agrário



Cível



Consumidor



Criminal



Direitos constitucionais
fundamentais e direitos
humanos



Educação



Eleitoral



Em todo o estado. Conte com o MPPA.



Idoso



Infância e juventude



Meio Ambiente, patrimônio cultural e habitação e urbanismo



Patrimônio Público e moralidade administrativa



Pessoas com deficiência



Saúde



Terceiro setor



Violência Familiar e Doméstica Contra a Mulher



Qualquer cidadão pode entrar em contato com o Ministério Público do Estado do Pará.

Procure a Promotoria de Justiça mais próxima de você ou utilize um dos nossos canais de comunicação.

- Ouvidoria (91 4006-3654 | 4006-3656 | ouvidoria@mppa.mp.br)
- www.mppa.mp.br



COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Procuradoria-Geral de Justiça

Procurador-Geral de Justiça - Gilberto Valente Martins
Subprocuradora-Geral de Justiça para a área Jurídico-Institucional - Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
Subprocuradora-Geral de Justiça para a área Técnico-Administrativa -
Rosa Maria Rodrigues Carvalho (abril de 2018 a abril 2021)
Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça - Aldo de Oliveira Brandão Saife

Colégio de Procuradores de Justiça

Gilberto Valente Martins (presidente)
Manoel Santino Nascimento Junior
Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves
Cláudio Bezerra de Melo
Ubiragilda Silva Pimentel
Luiz Cesar Tavares Bibas
Geraldo de Mendonça Rocha
Francisco Barbosa de Oliveira
Dulcelinda Lobato Pantoja
Marcos Antônio Ferreira das Neves
Adélio Mendes dos Santos
Mariza Machado da Silva Lima
Antônio Eduardo Barleta de Almeida
Ricardo Albuquerque da Silva
Ana Tereza do Socorro da Silva Abucater
Mario Nonato Falangola
Maria da Conceição Gomes de Souza
Maria da Conceição de Mattos Sousa
Leila Maria Marques de Moraes
Tereza Cristina Barata Batista de Lima
Maria Tércia Ávila Bastos dos Santos
Estevam Alves Sampaio Filho
Jorge de Mendonça Rocha
Hezedequias Mesquita da Costa
Maria Célia Filocreão Gonçalves
Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento

Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo
Nelson Pereira Medrado
Rosa Maria Rodrigues Carvalho
Hamilton Nogueira Salame
Waldir Macieira da Costa Filho
Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva

Conselho Superior

Gilberto Valente Martins (presidente)
Waldir Macieira da Costa Filho, Secretário do CSMP (1º Conselheiro)
Leila Maria Marques de Moraes (2ª Conselheira Titular)
Maria da Conceição de Mattos Sousa (3ª Conselheira Titular)
Dulcelinda Lobato Pantoja (4ª Conselheira Titular)
Hamilton Nogueira Salame (5º Conselheiro Titular)
Maria Célia Filocreão Gonçalves (1ª Conselheira Suplente)
Maria Tércia Ávila Bastos dos Santos (2ª Conselheira Suplente)

Corregedor-Geral

Jorge de Mendonça Rocha

Ouvidor

Ricardo Albuquerque da Silva (2018)
Estevam Alves Sampaio Filho (2020)
Antonio Eduardo Barleta de Almeida (2020)

Supervisor do Centro de Apoio Operacional

José Maria Costa Lima Junior

**Coordenação do Centro de Apoio Operacional Criminal**

José Maria Costa Lima Junior

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Cível

José Godofredo Pires dos Santos (abr 2019)

Alexandre Marcus Fonseca Tourinho (nov 2019)

Luziana Barata Dantas (jan 2021)

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Cidadania

Adriana de Lourdes Mota Simões

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente

José Godofredo Pires dos Santos

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente

José Godofredo Pires dos Santos

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Infância e Juventude

Leane Barros Fiuza de Mello

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Constitucional

Marco Aurélio Lima do Nascimento

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Patrimônio Público

Alexandre dos Santos Couto Neto

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Rodier Barata Ataíde

Catálogo na Publicação (CIP)**Ministério Público do Estado do Pará. Departamento de Administração.****Divisão de Biblioteca.****Biblioteconomista: Sizete Medeiros do Nascimento****P221r Pará. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça****Relatório de Gestão da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Pará:
biênio 2019-2021 / Ministério Público do Estado do Pará. Procuradoria-
Geral de Justiça. – Belém, 2021.****74 p. : il.****1. Ministério Público - Pará - Procuradoria-Geral de Justiça. 2. Relatório de Gestão.
I. Martins, Gilberto Valente - Procurador-Geral de Justiça. II. Título.****CDD: 341.41306****Elaboração do Relatório****Assessoria de Comunicação Social**

comunicacao@mppa.mp.br

(91) 4006-3586 | 4006-3487

Impressão:

Teixeira Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem: 100 exemplares

Ministério Público do Estado do Pará

Rua João Diogo, nº100, bairro Cidade Velha, CEP 66015-160 – Belém, PA.

www.mppa.mp.br **/MPPAoficial** **@MPPAoficial** **mppaoficial** **/ministeriopublicopa**



SUMÁRIO

- | | | | |
|----|------------------------------------|----|-----------------------------------|
| 08 | Conheça o MPPA | 37 | Grupo de medidas covid-19 |
| 10 | Mensagem do procurador-geral | 39 | Retorno ao trabalho com segurança |
| 12 | Plano de Trabalho | 41 | Avanços em infraestrutura |
| 14 | Momentos da Gestão | 48 | Integração pela sociedade |
| 18 | Recondução ao cargo | 50 | Escuta especializada |
| 20 | Combate a corrupção | 53 | Múltiplas capacitações |
| 22 | Combate às organizações criminosas | 57 | Proposta do PCCR concluída |
| 24 | Crime organizado | 58 | Compartilhando boas práticas |
| 26 | Relatório de atividades à Alepa | 60 | Apoio qualificado |
| 27 | Colaborando com o MP brasileiro | 65 | Cultura do planejamento |
| 29 | Em prol da resolutividade | 67 | Inovação para os novos tempos |
| 32 | Movimentação na carreira | 70 | Reforço na frota |
| 33 | Pioneirismo no julgamento virtual | 73 | Gestão orçamentária |
| 35 | Fortalecimento da Atuação | 75 | MPPA em números |
| 36 | Atuando com independência | | |

MPPA
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ
QUADRA GERAL

Conheça o MPPA

Veja quais as atribuições e confira a configuração do Ministério Público do Pará

O Ministério Público é uma instituição pública permanente e independente, que não pertence aos poderes Judiciário, Executivo ou Legislativo e nem aos Tribunais de Contas. Possui orçamento, carreira e administração próprios. Atua na defesa dos interesses sociais e indisponíveis, como o direito à vida, à saúde, à moradia, à liberdade, à educação, ao trabalho, à cidadania, dentre outros. Fiscal das leis, o MPPA atua, ainda, na defesa da ordem jurídica e do regime democrático. Também defende o patrimônio cultural, o meio ambiente, os interesses da coletividade, como os das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso.



Por que existimos

Nossa missão é defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, assegurando o exercício pleno da cidadania.



O que queremos ser

Nossa visão é ser reconhecida como instituição em permanente atuação em todo o Estado do Pará, na articulação das políticas públicas e na mediação dos conflitos sociais. O MPPA vem se organizando, se aperfeiçoando, se modernizando, valendo-se cada vez mais de recursos tecnológicos de ponta, além do aperfeiçoamento de seus membros e servidores.



O que é importante para nós

O MPPA considera essencial agir com ética, probidade, credibilidade, independência, justiça social, transparência, imparcialidade, responsabilidade socioambiental, acessibilidade, celeridade, efetividade, eficiência. Estes são nossos valores.



334

É a quantidade atual de membros do MPPA, somando os procuradores e promotores de Justiça ativos.



119

Municípios paraenses contam com ao menos uma Promotoria de Justiça instalada. Em algumas cidades o MPPA atua em imóveis próprios. Em outras, em salas dentro dos Fóruns.

965



2019

947



2020

Servidores

926



2019

810



2020

Estagiários

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



Neste relatório de gestão você acompanha os principais avanços da administração superior de 2019 a 2021, referentes ao segundo mandato que exerci a frente desta instituição que tanto me orgulha. Através deste relatório venho, de forma transparente, apresentar à sociedade paraense as boas práticas da administração pública no decorrer de meu segundo mandato. Pessoalmente, vejo neste documento a materialização de dois anos de muito trabalho onde foi preciso se reinventar no enfreamento a uma pandemia mundial. Porém, também foi um período de inúmeros aprendizados, renovação do compromisso com a defesa da cidadania e também conquistas para o fortalecimento do Ministério Público.

Todos sabemos que o ano de 2020 foi bastante atípico em razão da pandemia da covid-19 motivo pelo qual tivemos que mudar nossa rotina de trabalho a fim de continuar prestando nossos serviços à sociedade, mesmo em situação de isolamento social.

Apesar de todas as dificuldades, realizamos a maioria das propostas que defendemos para o nosso segundo mandato como necessárias aos avanços institucionais, conseguindo avançar em muitos aspectos, sendo que várias das decisões administrativas tomadas contribuíram decisivamente para o fortalecimento da instituição.

Apesar do cenário pandêmico tivemos um avanço estrutural significativo nesse período com destaque para as diversas obras e reformas realizadas nesse período em várias regiões do estado as quais melhoraram significativamente as condições de atendimento aos cidadãos que acessam o Ministério Público pois entendemos que boas instalações físicas refletem na melhoria dos serviços prestados e na dignificação do cidadão que procura o Ministério Público.

Com investimentos maciços em infraestrutura, entregamos prédios novos em 11 municípios, sendo que várias obras, reformas e licitações continuam em andamento.

Tivemos ainda grandes avanços tecnológicos com a criação de novos sistemas e canais de atendimento que nos permitiram continuar em plena atividade mesmo em situação de isolamento social em razão da pandemia. O cidadão ganhou uma Central de Atendimento para realização de diversos tipos de denúncia. Também no ano da pandemia as sessões do Colégio de Procuradores e do Conselho Superior passaram a ocorrer virtualmente. Im-



plantamos ainda o Plenário Virtual no Ministério Público do Pará, uma inovação sem precedentes no julgamento de procedimentos extrajudiciais, pois o MPPA foi o primeiro entre os MPs estaduais a utilizar essa modalidade de julgamento.

O cenário de pandemia também não nos impediu de continuar capacitando nossos membros e servidores. Foram mais de 5 mil pessoas capacitadas nos últimos dois anos. Muitos cursos passaram a ocorrer de forma virtual o que nos permitiu expandir as atividades educativas para o interior do estado. Também lançamos a plataforma de cursos do MPPA e inauguramos nosso estúdio de gravação de cursos para a plataforma.

Investimos em boas práticas administrativas para utilizar os recursos da instituição da forma mais qualificada possível. Para isso, celebramos novos contratos administrativos indispensáveis ao pleno funcionamento dos serviços institucionais, além de manter em dia o pagamento de salários.

Também cumprimos nosso compromisso institucional pela probidade na administração pública e reforçamos as atividades institucionais de combate à corrupção.

Fortalecemos as atividades de execução do MPPA com a nomeação de novos assessores de terceira entrância, respeitando sempre os limites de gastos com pessoal, impostos pela lei de responsabilidade fiscal.

Também conseguimos concluir os estudos do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado do Pará (PCCR) que prevê atualizações e adequações da estrutura organizacional da instituição. Com esse estudo conseguimos mapear os principais pontos de melhorias tanto do ponto de vista da estrutura organizacional como de cargo, carreira e remuneração dos servidores.

As atribuições de natureza administrativa receberam o devido destaque, porém, no cargo de chefe do Ministério Público, atuei fortemente como órgão de execução, nas matérias que são de competência exclusiva do procurador-geral de Justiça.

Não medi esforços para bem representar o MPPA ao assumir a vice-presidência do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais para a Região Norte (CNPNG).

Em linhas gerais foram muitas conquistas e você poderá conhecer cada uma delas nas páginas seguintes onde delineamos, de forma pormenorizada, as inúmeras ações que muito nos estimularam. Compartilhamos nossas conquistas com todos os membros e servidores que juntos se mostram motivados pela melhoria de nossa atuação institucional.

Muito obrigado e boa leitura.



Gilberto Valente Martins
Procurador-Geral de Justiça
do Estado do Pará

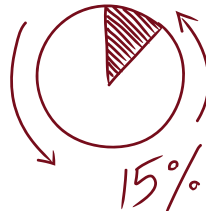
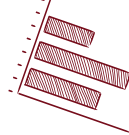


PLANEJAMENTO

PLANEJADO E EXECUTADO

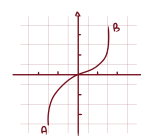
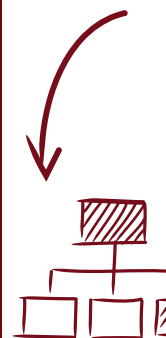
A grande maioria dos projetos de gestão do MPPA para o biênio 2019-2021 foi concluída ou está em fase de conclusão. Acompanhe no quadro.

AÇÃO PLANEJADA	PROJETO	IMPLANTAÇÃO/ TRAMITAÇÃO	Execução
Implantação do Núcleo Recursal do MPPA		✓	
Grupo de acompanhamento das ações de grande relevância institucional do MPPA	✓		
Elaborar banco de peças e modelos			✓
Criação de Promotorias de Justiça Regionais	✓		
Implantação do grupo de atuação no enfrentamento dos crimes contra a ordem tributária	✓		
Implementar mutirões			✓
Criação da Secretaria de Apoio às Promotorias Eleitorais	✓		
Elevação para categoria de 3ª entrância de Promotorias de Justiça		✓	
Retomar discussões sobre o PCCR para valorização do servidor			✓
Defesa da simetria de vencimentos com a Magistratura			✓
Recomposição anual do subsídio conforme previsão constitucional			✓
Manutenção do pagamento de conversão em pecúnia de férias e licença prêmio			✓
Criação dos cargos de assessores das Promotorias da capital mantendo os cargos de analistas já existentes			✓
Elevação da entrância de cidades do interior		✓	
Concurso Público para Promotor de Justiça		✓	
Concurso Público para auxiliar de administração e técnicos		✓	
Concluir a tramitação do PCCR		✓	
Interiorização do CEAF com enfoque em treinamentos e oficinas			✓
Aprimorar o programa do orçamento colaborativo			✓
Ampliação dos investimentos na reestruturação e modernização das instalações do MPPA			✓
Concluir as discussões sobre a revisão da Lei Orgânica do MP no Colégio de Procuradores		✓	
Enviar novo projeto de lei do Fundo de Reparelhamento do Ministério Público		✓	
Desenvolvimento de aplicativo móvel para acesso aos sistemas e informações institucionais do MPPA	✓		
Implantação do sistema SIMP ATEC para solicitação de pesquisas ao Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar			✓
Implantação de sistema informatizado para solicitação de pesquisa de dados junto ao Serviço Confidencial de Pesquisas de Dados - CAO Criminal			✓
Criação do Diário Oficial do Ministério Público	✓		
Criação do Núcleo de Interlocução Social e Políticas de inclusão - NISP	✓		

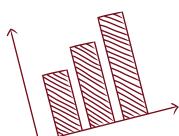
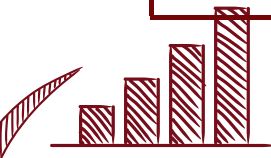


PLANEJAMENTO

Redefinição das atribuições dos Centros de Apoio Operacional		✓	
Ampliação das estruturas regionais do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar - GATI	✓		
Pugnar junto do Conselho Superior pela definição de Promotorias de Justiça de difícil acesso	✓		
Deflagrar estudos para redefinição das atribuições nas Promotorias de Justiça com três cargos	✓		
Manutenção da realização de enquetes de consulta à classe, estendendo aos servidores e estagiários quando o assunto não for exclusivo dos membros			✓
Construção do novo Plano Estratégico Institucional do MPPA de forma participativa e colaborativa		✓	
Ampliar a estrutura de apoio técnico e a promoção de ações articuladas na defesa do patrimônio público e combate à corrupção			✓
Pugnar junto à Corregedoria-Geral pela extinção do SIAMP para que as informações de produtividade sejam coletadas exclusivamente pelo SIMP			✓
Garantir o aprimoramento técnico-científico dos membros de forma insonômica			✓
Promover tratamento equânime e humanizado no ambiente de trabalho de todos os setores do MPPA		✓	
Desenvolver estudos institucionais destinados à garantia de vagas, nos concursos públicos e de seleção para estágio no MPPA, que observem a diversidade de gênero, raça, pessoas com deficiência e reabilitados	✓		
Promoção de eventos e cursos versando sobre a equidade e inclusão das minorias sociais	✓		
Garantir equidade na gestão e representatividade feminina em todos os eventos			✓
Defesa da manutenção da simetria de vencimentos com a magistratura conforme prerrogativa dos membros			✓
Avançar na simplificação, desburocratização e agilização da movimentação na carreira			✓
Pugnar perante o Conselho Superior a Corregedoria-Geral do MP pelo permanente aperfeiçoamento do processo de aferição dos critérios objetivos de merecimento			✓
Velar pela aprovação do projeto que tramita no Colégio de Procuradores de Justiça para a implementar a movimentação horizontal da carreira somente pelos critérios de antiguidade			✓
Pugnar pela aprovação do projeto em tramitação no CPJ sobre a criação e instalação da Coordenadoria Recursal e Ações de Alta Relevância Institucional da Procuradoria-Geral de Justiça em apoio a atividade recursal do MP perante os Tribunais		✓	
Investimentos para renovação dos mobiliários das Promotorias			✓
Implantação dos serviços de transporte e limpeza da Promotorias			✓
Ampliação do acervo físico e digital da biblioteca			✓
Conclusão das obras em andamento e início das obras com projetos já concluídos			✓
Ampliação e melhoria do acesso à internet via banda larga no interior integrando todo o estado com o SIMP			✓
Adequação das unidades para receber o PJE e demais sistemas do processo eletrônico			✓
Aquisição e entrega de computadores desktops e notebooks			✓
Aquisição de scannres para reduzir o consumo de papel			✓
Expansão do Gerenciador Eletrônico de Documentos (GEDOC)			✓
Implantação do Sistema GESPRO	✓		



10%





MOMENTOS-CHAVE DA GESTÃO

Confira alguns dos destaques da administração do MPPA entre abril de 2019 e abril de 2021.



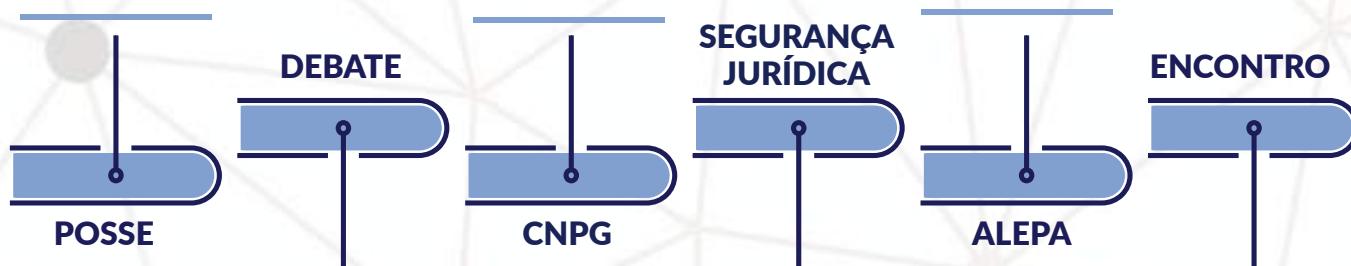
Gilberto Martins é reconduzido ao cargo de Procurador-Geral de Justiça e afirma que em seu segundo mandato vai reforçar o combate à corrupção.



Gilberto Martins é empossado na vice-presidência do CNPG para a região Norte. O mandato de um ano teve vigência até 2020.



Em ato inédito, MPPA apresenta relatório de atividades à Alepa. Gilberto Martins fez uma apresentação detalhada sobre os serviços prestados à sociedade.



A primeira atividade do segundo mandato de Gilberto Martins a frente da chefia do Ministério Público foi um seminário que debateu o sistema de Justiça penal no Brasil.



Em reunião do CNPG, Gilberto Martins, apresentou ao colegiado preocupação com o projeto de lei do abuso de autoridade que comprometia o combate à corrupção.



Gilberto Martins participou do debate "Novas perspectivas no combate à improbidade e crimes contra a administração pública". Participaram dois destaques do cenário jurídico nacional: Fábio Medina Osório (MPRS) e Marcelo André de Azevedo (MPGO).





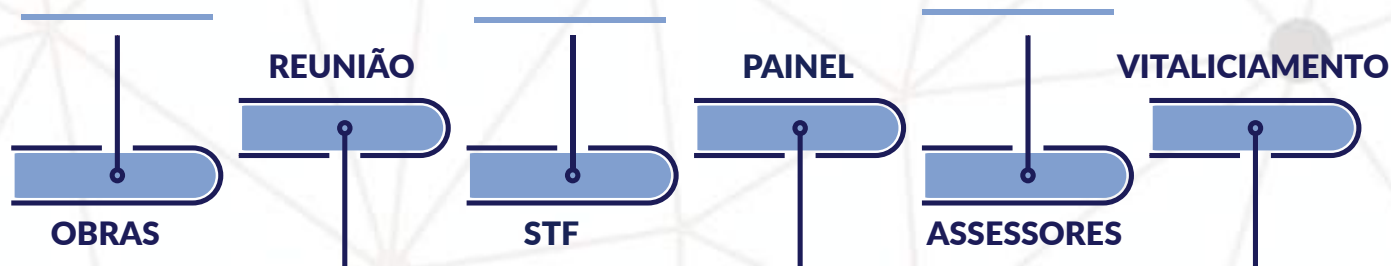
Gilberto Martins é Gilberto Martins continuou os investimentos em infraestrutura e em sua segunda gestão entregou a sede de Parauapebas. O imóvel possui nove gabinetes, entre outros espaços.



O procurador-geral, Gilberto Martins, discute com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, decisão que afetou o combate à corrupção.



A Assembleia Legislativa do Estado aprova o projeto de lei 14/2019 para a criação de 20 cargos de assessor de Promotoria de Justiça de 3ª Entrância fortalecendo as Promotorias.



Em reunião ordinária, o CNPG recebeu o então ministro da Justiça, Sérgio Moro, que apresentou medidas realizadas em sua pasta na área criminal.

Gilberto Martins preside painel nacional que debateu corrupção e lavagem de dinheiro, em Brasília, com a participação de integrantes da força-tarefa da operação Lava-Jato e Poder Judiciário.

14 promotores de justiça são vitaliciados em sessão solene do Conselho Superior ocorrida no auditório do edifício-sede do MPPA. Os novos promotores cumpriram o prazo de dois anos de exercício, após ingresso na carreira.



2019



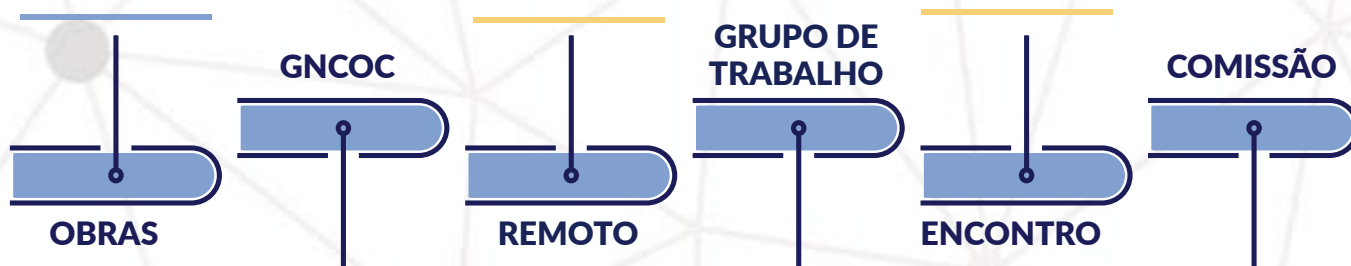
Procuradoria-Geral entrega uma grande reforma no prédio principal da Promotoria de Ananindeua. O edifício foi construído na década de 90. A fachada foi revitalizada e 13 gabinetes foram criados.



Mudanças na forma de trabalhar marcaram a rotina ministerial na pandemia de covid-19. O isolamento levou membros e servidores ao trabalho remoto. Canais de comunicação não presenciais foram implementados.



Gilberto Martins participou de encontro virtual com a presença do procurador da República Augusto Aras que debateu o combate à corrupção durante a pandemia da covid-19.



Gilberto Martins é eleito, por aclamação, presidente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), órgão vinculado do CNMP.



Gilberto Martins cria o Grupo de Trabalho Emergencial covid-19 para fortalecer a atuação do MPPA no acompanhamento das políticas públicas voltadas à prevenção e contenção da covid-19.



Gilberto Martins criou uma comissão para planejar medidas de aspecto sanitário e de educação comportamental de membros, servidores, estagiários, terceirizados e do público em geral a fim de garantir a retomada das atividades.





2020



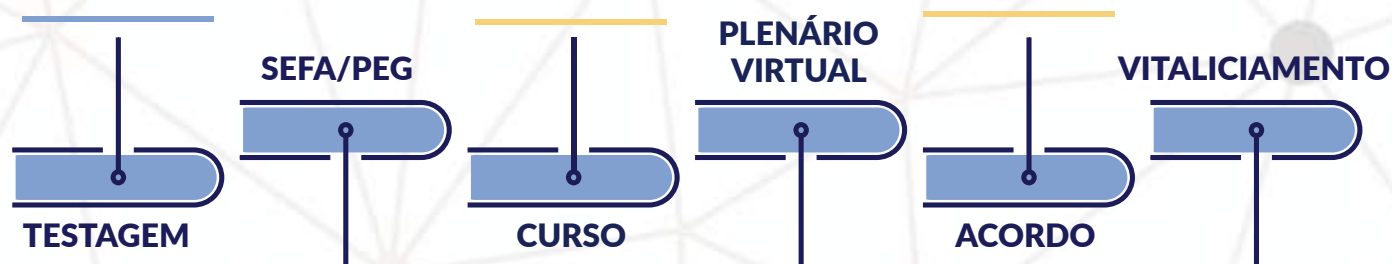
No retorno ao trabalho presencial uma série de medidas de segurança foram tomadas a fim de evitar o contágio pelo novo coronavírus. Uma delas foi a realização de uma campanha de testagem de membros e servidores.



MPPA e EGPA realizam o curso de aperfeiçoamento em direito agrário e fundiário e políticas públicas. Um total de 100 alunos foram capacitados. O curso era uma exigência da lei concretizada por Gilberto Martins.



MPPA sediou o encontro de procuradores-gerais de Justiça que compõem os Estados da Amazônia Legal onde foi assinado acordo de resultados em defesa da Amazônia visando a implementação de mecanismos para a prevenção e o combate ao desmatamento.



Em julho de 2020, o MPPA assinou com a Sefa e a PGE um Termo de Cooperação cujo objetivo era o compartilhamento de dados entre as três instituições. As informações fornecidas são referentes a pessoas físicas e jurídicas, além de dados de notas fiscais de compras e serviços adquiridos por entes públicos.



O MPPA inova no julgamento de procedimentos extrajudiciais com o lançamento do Plenário Virtual. O MPPA foi o primeiro entre os MPs estaduais a utilizar o julgamento por plenário virtual, fato que só acontecia no Judiciário.



11 promotores de justiça foram vitaliciados em sessão solene do Conselho Superior ocorrida no auditório do Edifício-Sede do MPPA. Os novos promotores cumpriram o prazo de dois anos de exercício, após ingresso na carreira.





GILBERTO MARTINS É RECONDUZIDO AO CARGO DE PROCURADOR-GERAL



Gilberto Martins toma posse em seu segundo mandato

Em solenidade concorrida, Gilberto Martins foi reconduzido ao cargo de chefe do MPPA para o biênio 2019-2021

Em cerimônia ocorrida em um teatro lotado, no dia 10 de abril de 2019, em Belém, o promotor de Justiça Gilberto Valente Martins foi reconduzido ao cargo de procurador-geral de Justiça do Pará para o biênio 2019-2021. Diante de uma plateia composta por várias autoridades nacionais e locais, o chefe do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) anunciou que em seu segundo mandato o foco seria trabalhar de forma integrada com os membros e servidores do órgão e com outras instituições para, sobre-

tudo, reforçar o combate à corrupção e às organizações criminosas. “Não há espaço para o medo, a desídia nem a omissão. É por essa razão que, na atualidade, nossa instituição figura em posição privilegiada em elevado grau de credibilidade perante a sociedade”, disse o procurador-geral. A concorrida posse de Gilberto Martins aconteceu durante sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, realizada em Belém, no teatro Maria Sylvia Nunes, da Estação das Docas, na capital paraense. Martins foi nomeado, pelo governa-

dor do Pará, para ser o procurador-geral de Justiça no biênio 2019-2021. Poucos dias antes, ele foi o mais votado na eleição interna do MPPA que escolheu a chefia da instituição. Gilberto obteve 274 votos e encabeçou a lista tríplice, que foi composta também pelo promotor de Justiça José Maria Costa Lima Júnior (250 votos) e pela procuradora de Justiça Cândida Nascimento (230). O primeiro mandato de Gilberto Martins como procurador-geral de Justiça foi cumprido entre os meses de abril de 2017 e abril de 2019. Ele foi o primeiro promotor de Justiça a ocupar a chefia do MPPA.

“ Ser membro do Ministério Público exige de todos coragem e destemor para enfrentar a criminalidade organizada dos tempos atuais ”



Gilberto Martins toma posse em seu segundo mandato durante sessão solene no teatro Maria Sylvia Nunes, em Belém



Gilberto Martins conduz debate com profissionais de renome nacional que compartilharam conhecimento com membros e servidores o MPPA

COMBATE À CORRUPÇÃO FORTALECIDO

Parcerias interinstitucionais e capacitação para membros e servidores estão entre as ações desenvolvidas nos últimos dois anos

Desde sua primeira gestão à frente do Ministério Público do Pará (MPPA) Gilberto Valente Martins sempre deixou clara sua linha de atuação com foco no combate à corrupção. Nesse tempo, diversas iniciativas foram realizadas a fim de fortalecer a instituição nessa área como, por exemplo, o desenvolvimento de ferramentas para auxiliar no combate a crimes envolvendo o mau uso de recursos públicos como a CIFRA, criada em parceria com a Polícia Civil, que é capaz de analisar grandes volumes de dados, utilizando técnicas de Business Intelligence (BI) e Análise de Vínculos. A ferramenta se

tornou uma aliada fundamental nas atividades de combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e às organizações criminosas. Chegou a ser apresentada no “XIII Encontro Nacional da Rede Lab e Workshop de Tecnologias contra a Lavagem de Dinheiro”, evento ocorrido em novembro de 2019, em Brasília.

Gilberto Valente Martins também promoveu parcerias interinstitucionais voltadas ao combate à corrupção trocando experiências com diversas instituições, dentro e fora do estado. Ao longo de seu segundo mandato, também investiu massivamente na capacitação de membros e servidores nessa área.

FIRME NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Ao longo dos anos de 2019 e 2020 o procurador-geral Gilberto Valente Martins continuou desenvolvendo ações junto a outras instituições cujo foco era o combate a corrupção e organizações criminosas



PANDEMIA

Em maio de 2020 Gilberto Martins participou de encontro virtual cuja pauta era o combate à corrupção durante a pandemia. A reunião teve a participação do procurador-geral da República, Augusto Aras, e de conselheiros do CNMP. Foram debatidas propostas de assinatura de termo de cooperação técnica entre o Ministério da Saúde e o CNMP, para o incremento das medidas de combate à corrupção em tempos de covid-19.



SEMINÁRIO

Em janeiro de 2019, Gilberto Martins defendeu a perda de bens a autores de atos de corrupção durante o “Seminário CNMP e MPRJ: perspectivas sobre o combate à corrupção”, realizado no Rio de Janeiro. Gilberto Martins, então presidente o Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público (GNPP), do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), foi um dos debatedores do evento.



CRIMES TRIBUTÁRIOS

Em fevereiro de 2019, o procurador-geral participou de reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) com a participação do Ministro da Justiça, Sérgio Moro. Gilberto Martins, abordou o aprimoramento das normas em torno de crimes tributários e financeiros. O ministro reconheceu a necessidade dessa discussão.



STF

Em reunião no STF, em outubro de 2019, o procurador-geral discutiu com o presidente Supremo, Dias Toffoli, decisão que afetou o combate à corrupção. A liminar suspendeu todas as investigações e ações penais em andamento no país que usavam relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) obtidos sem ordem judicial e que incluíam algo além de dados genéricos sobre os correntistas.



Novas tecnologias foram adotadas para o combate aos crimes de lavagem de dinheiro

COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Procurador-geral reforça combate à corrupção e ao crime organizado

Intensificar os esforços para enfrentar organizações criminosas e combater atos de corrupção que drenam os cofres públicos foi o compromisso assumido por Gilberto Valente Martins durante a cerimônia de recondução ao cargo de procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Pará, realizada no dia 10 de abril de 2019.

O sinal de que o combate ao crime organizado e à corrupção serão pilares do plano de gestão de Gilberto Martins no biênio 2019-2021 foi dado no final de março, quando o procurador-geral de Justiça participou de reuniões no Ministério Público de São Paulo para tratar de parcerias institucionais voltadas ao aprimoramento dos meios de investigação e das atividades de inteligência.

Uma das frentes de trabalho foi a adoção de novas tecnologias para detectar crimes como a lavagem de dinheiro e fraudes em

licitações. Foi a sequência de um trabalho que iniciou em 2017, quando Martins assumiu pela primeira vez o cargo de procurador-geral, se tornando o primeiro promotor de Justiça a ocupar a chefia do Ministério Público paraense.

Desde então, o MPPA criou o Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI), o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CAODPP), investiu em qualificação de membros e servidores para aperfeiçoar ações na área da moralidade administrativa e firmou cooperação com outras instituições que permitiram avanços no combate à corrupção, com operações realizadas em municípios do interior do Pará e abertura de procedimentos investigatórios para apurar condutas indevidas de agentes públicos.

OPERAÇÕES DE COMBATE À CORRUPÇÃO PERCORREM VÁRIAS REGIÕES DO PARÁ

Nos anos de 2019 e 2020 o MPPA deflagrou operações em várias regiões do Estado as quais foram resultado de investigações de agentes públicos e empresas privadas envolvidos em casos de corrupção e desvio de verbas públicas



**Operação Locus/Terra Prometida
(Canaã dos Carajás)**

A operação Locus foi deflagrada em 2020 em Canaã dos Carajás e apurou a atuação de uma organização criminosa envolvendo servidores da Prefeitura e empresários. Paralelamente, foram feitas investigações na operação Terra Prometida para apurar irregularidades na desapropriação de um imóvel para a construção da nova rodoviária do município.



Operação Transparência (Belém)

A operação Transparência ocorreu em 2020 para investigar a atuação de uma organização criminosa dentro da Secretaria de Estado de Saúde. Em peça de 225 laudas, o MP imputou aos denunciados a prática de crimes de peculato, organização criminosa e lavagem de capitais. As penas somadas podem atingir mais de setenta anos de reclusão para alguns dos réus.



Operação Arucará (Portel)

A operação "Arucará", deflagrada pelo GSI em 2019, cumpriu mandados de busca e apreensão na residência do prefeito de Portel, Manoel Oliveira dos Santos; na Prefeitura, Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Secretaria Municipal de Meio Ambiente como parte das investigações de crimes contra a administração pública municipal.



**Operação Mercúrio
(Belém e Ananindeua)**

Em 2019 foi deflagrada pelo Gaeco, em Belém e Ananindeua, a operação Mercúrio que investigou a atuação de uma organização criminosa responsável por roubo de cargas e de caminhões e por atividades de receptação, lavagem de dinheiro e falsificação de notas fiscais. A operação foi resultado de dez meses de investigação.

“
As operações de combate à corrupção percorreram os municípios de Belém, Ananindeua, Portel, Canaã dos Carajás e Santarém
”



**Operação Perfuga
(Belém e Santarém)**

Em 2019 novas fases da operação Perfuga ocorreram em Belém e Santarém para combater atos de corrupção na administração pública no oeste paraense, a Perfuga processou vários servidores públicos e empresários. Entre 2017 e 2019 mais de R\$ 1,5 milhão de reais já haviam sido recuperados aos cofres públicos.



Membros do CNPG escolhem Gilberto Martins para presidir o GNCOC

PROCURADOR-GERAL PRESIDE GRUPO NACIONAL CONTRA O CRIME ORGANIZADO

Gilberto Martins foi eleito por aclamação durante reunião do CNPG

Em eleição ocorrida em fevereiro de 2020, Gilberto Martins foi eleito, de forma unânime, presidente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), órgão vinculado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público do Estado e da União (CNPG). A eleição ocorreu durante reunião ordinária do CNPG, realizada na sede MPDFT. Além de escolherem Gilberto Martins, os membros do colegiado elegeram o procurador-geral de Justiça de Pernambuco, Francisco Dirceu Barros, para ser o vice-presidente do GNCOC. Ambos com mandato de um ano de duração. O GNCOC é formado pelos Grupos de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (GAECO's) das unidades estaduais do Ministério Público e trabalha de maneira integrada

com as polícias (civil, militar, federal e rodoviária federal), a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), as receitas estadual e federal, a Agência Nacional de Petróleo, entre outros órgãos. Por meio da capacitação de membros e servidores do Ministério Público brasileiro, o grupo trabalha para disseminar novas metodologias, práticas, técnicas operacionais e troca de informações e experiências nas ações de investigação. O GNCOC foi o segundo órgão do CNPG a ser presidido por Gilberto Martins. Entre 2018 e 2019, ele chefiou o Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público (GNPP), que atua na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa. Além disso, Martins cumpriu mandato, até 2020, como vice-presidente do CNPG para a região Norte.

“
O grupo trabalha para disseminar novas metodologias, práticas, técnicas operacionais e troca de informações e experiências
”

INTELIGÊNCIA NO COMBATE AO CRIME

Ao longo do ano de 2019, membros e servidores atualizaram seus conhecimentos sobre inteligência investigativa e segurança institucional

Uma das principais transformações estratégicas, no âmbito do Ministério Público em todos os Estados da Federação, é o desenvolvimento de uma política de atividade lastreada na investigação e inteligência. Pensando nisso o Ministério Público do Pará desenvolveu o “Programa de atualização em inteligência investigativa e segurança institucional” cujo objetivo é proporcionar aos membros e servidores do MPPA conhecimentos especializados no âmbito da atividade de inteligência e segurança institucional, a fim de servir como ferramenta no combate ao crime, bem como no assessoramento a nível estratégico na tomada de decisão.

O programa tem coordenação geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e coordenação técnica do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI). O programa ofereceu um total de oito módulos, ministrados no ano de 2019, que trataram exclusivamente da inteligência investigativa, com várias especificações, seja na área de afastamento de sigilo bancário ou fontes abertas. Além do aprimoramento nas investigações realizadas pelo MPPA, o ciclo de cursos possibilitou maior aproximação e troca de experiências entre os membros participantes do programa, fator que se torna relevante quando ocorre a aproximação de promotores atuantes nos diversos municípios do Estado.



O programa de investigação de inteligência teve nove módulos

CONFIRA OS CURSOS OFERECIDOS

- **Módulo I (GSI)** - Introdução à Atividade de Inteligência
- **Módulo II (GSI)** - Conhecendo o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro
- **Módulo III (GSI)** - Intercepção e telemática
- **Módulo IV (GSI)** - Introdução a análise de relatório de inteligência financeira
- **Módulo V (GSI)** - Introdução a análise bancária
- **Módulo de aperfeiçoamento equipe GSI/GAECO** - Análise de vínculos com a ferramenta Analyst's Notebook IBM i2
- **Módulo VI (GSI)** - O uso das fontes abertas na inteligência e investigação
- **Módulo VII (GSI)** - Forense computacional
- **Módulo VIII (GSI)** - Segurança institucional



Procurador-geral detalhou aos deputados as realizações e desafios da instituição

EM ATO INÉDITO, MPPA APRESENTA RELATÓRIO DE ATIVIDADES À ALEPA

Procurador-geral detalhou aos deputados as realizações e desafios da instituição

Em iniciativa inédita, o procurador-geral de Justiça do Pará, Gilberto Valente Martins, subiu à tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) e apresentou, no dia 8 de maio de 2019, o relatório anual de atividades do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Ele detalhou aos deputados estaduais as principais realizações da instituição ao longo de 2018, os desafios do órgão e as necessidades para aperfeiçoar os trabalhos ministeriais no ano de 2019. A apresentação ocorreu durante sessão ordinária da Alepa. Foi a primeira vez que o chefe da instituição esteve na Alepa para fazer esta devolutiva aos deputados. A exposição anual atende a uma emenda constitucional aprovada pelos parlamentares estaduais. Gilberto Martins fez uma apresentação detalhada sobre a estrutura da instituição, a

composição, os serviços prestados à sociedade, os cursos de capacitação ofertados, a gestão administrativa, além do gerenciamento do orçamento ministerial. A apresentação foi ilustrada com várias estatísticas sobre a produtividade do órgão. Entre os destaques, o chefe do MPPA enfatizou que a atuação finalística do MPPA na defesa da saúde, meio ambiente, consumidor educação moralidade administrativa combate à corrupção e outras áreas teve impacto direto na sociedade. Gilberto Martins, apontou várias operações coordenadas pela equipe do Gaeco que resultaram no desmonte de organizações criminosas responsáveis por atacar verbas públicas. No exercício 2018 o MPPA executou 99,4% do seu orçamento, percentual considerado acima da média em termos de gestão pública.



“
A exposição anual atende a uma emenda constitucional aprovada pelos parlamentares estaduais
”



A solenidade de posse de Gilberto Martins no CNPG ocorreu em abril de 2019, em Campo Grande

COLABORANDO COM O MP BRASILEIRO

Gilberto Martins é empossado na vice-presidência do CNPG para a região Norte

Além de sua dedicação ao Ministério Público do Pará, nos últimos dois anos Gilberto Martins também contribuiu com o Ministério Brasileiro. No dia 24 de abril de 2019, o procurador-geral de Justiça tomou posse no cargo de vice-presidente regional do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) para a região Norte. A cerimônia ocorreu em Campo Grande (MS). Toda a nova diretoria da instituição foi empossada na mesma cerimônia. O mandato de um ano, teve vigência até 2020. No novo cargo, Gilberto Martins representou o CNPG na região Norte na defesa dos princípios, prerrogativas e funções institucionais do Ministério

Público. “É uma honra poder colaborar ainda mais com o Ministério Público brasileiro”, comentou o procurador-geral logo após ser empossado. A solenidade contou com a presença da procuradora-geral da República e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Raquel Elias Ferreira Dodge. Vários membros do CNMP também estiveram presentes ao evento. “O CNPG tem papel singular no diálogo entre nossas instituições, na priorização de temas e na definição de teses para apontar caminhos que fortaleçam o enfrentamento do crime e a defesa dos direitos humanos, com normas, instrumentos jurídicos e a adequada estrutura para nossa atuação institucional”, comentou Raquel Dodge. “A sociedade certamente terá

“
Nos últimos dois anos Gilberto Martins assumiu a vice-presidência do CNPG e foi eleito presidente nacional do GNCOC

”



Gilberto Martins assina o termo de posse como vice-presidente do CNPG para a região Norte

Especial Contra o Crime Organizado (GAECO's) das unidades estaduais do Ministério Público e trabalha de maneira integrada com as polícias (civil, militar, federal e rodoviária federal), a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), as receitas estadual e federal, a Agência Nacional de Petróleo, entre outros órgãos. Por meio da capacitação de membros e servidores do Ministério Público brasileiro, o grupo pretende disseminar novas metodologias, práticas, técnicas operacionais e troca de informações e experiências nas ações de investigação. O GNOC foi o segundo órgão do CNPG presidido por Gilberto Martins. Entre 2018 e 2019, ele chefiou o Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público (GNPP), que trabalha na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa.

à frente do CNPG um abnegado defensor do modelo de Ministério Público idealizado pela Constituinte de 88, ou seja, uma instituição autônoma, independente, corajosa e sempre ao lado dos mais vulneráveis”, finalizou.

Em fevereiro de 2020, por decisão unânime de procuradores-gerais de Justiça de todo o país, Gilberto Martins, foi eleito presidente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), órgão vinculado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG). O GNCOC é formado pelos Grupos de Atuação





Entre as medidas cautelares foram requeridas indisponibilidade de bens no montante de R\$26 milhões em ilícitos

EM PROL DA RESOLUTIVIDADE

A Procuradoria-Geral de Justiça atua como órgão de execução com direito a demandas aos tribunais superiores contribuindo com a resolutividade do MPPA

Um dos principais destaques da atuação de Gilberto Martins em sua segunda gestão a frente do Ministério Público do Pará ocorreu durante a pandemia do novo coronavírus, em 2020, quando o procurador-geral de Justiça ajuizou Ação Civil Pública de improbidade administrativa, no dia 11 de novembro de 2020 na 1ª Vara da Fazenda da Capital, solicitando o afastamento do cargo do governador do Estado Helder Barbalho por envolvimento em um esquema de fraude na aquisição irregular de 400 respiradores destinados ao combate à pandemia de covid-19 no Pará que resultou no recebimento de produto totalmente inservível gerando danos ao erário estadual,

enriquecimento ilícito dos envolvidos. Esta foi uma das ações de improbidade movidas por Gilberto Valente Martins em seu segundo mandato. A Procuradoria-Geral de Justiça também representou ao Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) por inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e municipais. Nos últimos dois anos, por exemplo, foram 27 ações diretas de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça para tornar sem efeitos atos de gestores municipais que cometeram irregularidades, entre elas a nomeação irregular de servidores comissionados. Gilberto Martins também atuou no oferecimento de denúncia ou propositura de ação civil pública contra vários prefeitos por improbidade.

“
A Procuradoria-Geral de Justiça acionou a Justiça no caso dos respiradores a fim de evitar danos ao erário
”



Em janeiro de 2019, em resposta a uma ação ajuizada por Gilberto Martins, o TJPA determinou o bloqueio de R\$ 16 milhões dos bens de Antônio Odinélio Tavares da Silva, conhecido como Ludugero, prefeito de Oriximiná a fim de garantir a reparação dos danos que ele teria causado aos cofres públicos por pagamentos irregulares a uma empresa contratada pelo município para coleta de lixo.

“

R\$ 16 milhões de reais foram bloqueados dos bens do prefeito de Oriximiná a fim de garantir a reparação dos danos causados aos cofres públicos

”



A atuação de Gilberto Martins nas instâncias superiores também resultou no afastamento em março de 2020, por 180 dias, do prefeito de Curionópolis Adonei Souza Aguiar. Adonei também se tornou réu em ação penal pela acusação de integrar um esquema criminoso que desviou recursos públicos e fraudou um processo licitatório estimado em R\$ 2,6 milhões. Além de afastar Adonei Aguiar da Prefeitura, os desembargadores também acolheram outro pedido do procurador-geral Gilberto Martins e

determinaram a indisponibilidade de bens do prefeito no limite de R\$ 262,8 mil, valor correspondente ao dinheiro público desviado pelos envolvidos, como forma de recompor o erário.

Neste sentido, constam 110 Procedimentos Investigatórios Criminais (PIC) no TJPA contra agentes detentores de prerrogativa de função e foram ajuizadas 42 ações penais no TJPA durante a segunda gestão de Gilberto Martins. Ademais, foram mais de 33 medidas cautelares (probatórias, pessoais e patrimoniais) requeridas ao TJPA de forma incidental ou preparatória. Entre as medidas cautelares, já foram requeridas indisponibilidade de bens no montante de R\$26.611.599,20 em ilícitos já objetos de ações penais originárias. Para o desempenho de suas atribuições na esfera judicial o procurador-geral de Justiça conta com o auxílio de uma equipe formada por membros e servidores que assessoram a rotina administrativa e oferecem suporte na emissão de despachos, manifestações em processos administrativos e judiciais, ofícios e memorandos, dentre outras atividades institucionais.

Em números: a PGJ como órgão de execução

110

Procedimentos investigatórios criminais (PIC)

42

Ações penais

27

Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Cíveis)

33

medidas cautelares

R\$ 26 milhões

Montante requerido por meio de medidas cautelares em ilícitos já objetos de ações penais

Dados referentes aos anos de 2019 e 2020





Os certames de promoção e remoção ocorrem durante as sessões do CSMP

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA É ACELERADA

Entre abril de 2019 e janeiro de 2021 o CSMP julgou 152 certames de remoção e promoção de membros da instituição

Nos últimos dois anos o Conselho Superior acumulou uma produtividade recorde. De abril de 2019 a janeiro de 2021 foram julgados 152 certames de promoção ou remoção de membros da instituição. Em 2018, por exemplo, foram 72. E em 2017, o volume de concursos julgados foi de 93. “Isso demonstra o quanto os conselheiros e suas equipes, com o apoio da Corregedoria, dedicam-se nos casos de movimentação na carreira”, comentou Gilberto Martins, que presidiu o CSMP de abril de 2017 a abril de 2021. Os certames de promoção e remoção ocorrem durante as sessões do CSMP, em que os conselheiros julgam as candi-

daturas de membros que pretendem exercer o cargo em outras localidades (caso da remoção) ou buscam ascender na carreira (promoção). O Conselho é formado sete membros titulares, sendo eles o procurador-geral (presidente), o corregedor do MPPA e mais cinco procuradores de Justiça. Com a publicação da Lei Complementar n.º 123 de junho de 2019, que estabelece a antiguidade como único critério para as remoções voluntárias de membros do MPPA, as remoções passaram a ser publicadas apenas pelo critério de antiguidade, o que dinamizou ainda mais os julgamentos de certames de promoção e remoção.

“De abril de 2019 a janeiro de 2021 foram julgados 152 certames de promoção ou remoção de membros da instituição. Em 2018, foram 72 e em 2017, foram 93

”



Em outubro de 2020 o Conselho Superior realizou sua 1ª sessão no Plenário Virtual

PIONEIRISMO NO JULGAMENTO VIRTUAL DE PROCESSOS

A Procuradoria-Geral de Justiça atua como órgão de execução com direito a demandas aos tribunais superiores contribuindo com a resolutividade do MPPA

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) estreou no dia 5 de outubro de 2020 uma inovação no julgamento de procedimentos extrajudiciais. O Conselho Superior realizou sua 1ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual. O Plenário Virtual foi instituído pela Resolução 004/2020/CSMP/MPPA. A adoção desse sistema foi uma inovação sem precedentes, pois o MPPA foi o primeiro entre os MPs estaduais a utilizar o julgamento por

plenário virtual, fato que só acontece atualmente no Judiciário. As sessões do Plenário Virtual são públicas e podem ser acompanhadas pela internet no portal do Ministério Público. Os julgamentos realizados no Plenário Virtual são eletrônicos, utilizando-se as ferramentas disponíveis, por meio do sistema desenvolvido pelo Departamento de Informática da instituição. Com a adoção da nova ferramenta, os integrantes do Conselho Superior podem,

a qualquer tempo, solicitar a retirada do procedimento incluído em pauta para julgamento pelo Plenário Virtual, a fim de que seja julgado em uma sessão de julgamento presencial. As sessões de julgamento do Plenário Virtual têm duração de cinco dias úteis, durante os quais os integrantes do Conselho Superior têm acesso ao relatório e ao voto inseridos pelo Conselheiro Relator, podendo os julgadores proferirem votos concordando ou discordando do voto apresentado pelo Relator.



RESOLUÇÕES E ENUNCIADOS

O Conselho Superior realizou no biênio 2019-2020 um total de 44 sessões, sendo 38 ordinárias e 8 extraordinárias. Foram 1.192 processos julgados nesse período. Veja abaixo alguns destaques

DISTRIBUIÇÃO E JULGAMENTO	SESSÕES REALIZADAS
Distribuídos: 1348 processos Julgados/Diligências: 1192 processos	44 sessões e 3 reuniões administrativas realizadas, sendo 36 sessões ordinárias e 8 extraordinárias

Fonte: CSMP/ Período abril 2019 a janeiro de 2021

RESOLUÇÕES E ENUNCIADOS 15 Resoluções | 35 Enunciados

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES:

- Apresentação de proposta de resolução ao Colégio de Procuradores de Justiça, no sentido de unificar as normas referentes aos procedimentos extrajudiciais no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, resultando na publicação da Resolução n.º 007/2019;
- Edição de enunciados e inclusão de ementas nos votos (proposta da Dra. Maria da Conceição de Mattos Sousa);
- Alteração do Regimento Interno do Conselho Superior para acrescentar prazo para apresentação de reclamação sobre a lista de antiguidade e incluir o plenário virtual para julgamento de processos para homologação de arquivamento;
- Edição da Resolução n.º 006/2019, que adequou as disposições sobre o afastamento de membros, para frequentar curso stricto sensu, lato sensu ou cursos e seminários de aperfeiçoamento, no país ou no exterior, acrescentando a obrigação, por exemplo, de informar o período de recesso da instituição de ensino, para fins de gozo de férias e prazos para apresentação de comprovação de matrícula, apresentação de relatório semestral e relatório final, dentre outros;
- Edição da resolução para realização de sessão por videoconferência, em razão da pandemia de Coronavírus (covid-19), julgando, inclusive, certames de remoção e promoção.



Plenário da Assembleia Legislativa: aprovação unânime do projeto que fortalece o MPPA.

FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça atua como órgão de execução com direito a demandas aos tribunais superiores contribuindo com a resolutividade do MPPA

De forma unânime, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) aprovou no dia 23 de abril de 2019 o projeto de lei número 14/2019, que propõe o fortalecimento da atuação e o aumento da produtividade das Promotorias de Justiça instaladas em Belém. O procurador-geral de Justiça do Pará, Gilberto Martins, acompanhou presencialmente a sessão ordinária realizada em Belém. O projeto número 14/2019 dispõe sobre a criação de 20 cargos de assessor de Promotoria de Justiça de Terceira Entrância, que são aquelas instaladas na capital. As nomeações respeitam a lei de responsabilidade fiscal e critérios como a lista de antiguidade dos promotores de Justiça e a necessidade de

que a Promotoria de Justiça a ser beneficiada com a vinculação do assessor não possua nenhum outro servidor de apoio técnico-jurídico de nível superior. Das 20 vagas, 12 já foram preenchidas. Os assessores auxiliam na elaboração de minutas de manifestações e peças processuais, informações, relatórios, estatísticas e pareceres que sirvam de base às manifestações dos promotores de Justiça, além de desenvolver atividades voltadas à execução e ao

aperfeiçoamento das funções institucionais do MPPA. “A proposta do projeto é fazer com que os promotores de Justiça tenham mais resolutividade no seu trabalho. O apoio das assessorias é fundamental para o desenvolvimento de pesquisas, parecer e para melhorar o atendimento ao público em geral”, explicou o procurador-geral. O projeto foi sancionado pelo governador no dia 14 de maio de 2019.



**CONFIRA ONDE FORAM LOTADOS OS ASSESSORES**

3ª Entrância	Gabinete do 3º cargo de promotor de justiça de órfão interditos e incapazes de Belém
3ª Entrância	Gabinete do 5º promotor de justiça criminal de Belém
3ª Entrância	Gabinete do 4º promotor de justiça de ações constitucionais e fazenda pública
3ª Entrância	Gabinete do 1º promotor de justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade de Belém
3ª Entrância	Gabinete do 4º promotor de justiça da infância e juventude da capital
3ª Entrância	Gabinete do 1º promotor de justiça criminal da capital
3ª Entrância	Gabinete do 7º promotor de justiça de família da capital
3ª Entrância	5º promotor de justiça de execuções penais, penas e medidas alternativas
3ª Entrância	Gabinete do 2º promotor de justiça de ações constitucionais e fazenda pública
3ª Entrância	Gabinete do 1º promotor de justiça militar da capital
3ª Entrância	Gabinete do promotor de justiça criminal da capital
3ª Entrância	Gabinete do 2º promotor de justiça militar da capital

ATUANDO COM INDEPENDÊNCIA

Conselho Superior do MPPA promove sessão solene de vitaliciamento

Um total de 25 promotores de justiça foram vitaliciados nos anos de 2019 e 2020. A cerimônia de vitaliciamento ocorreu em sessão solene do Conselho Superior, no auditório Nathanael Farias Leitão. Os novos promotores de Justiça vitaliciados cumpriram o prazo de dois anos de exercício, após aprovação no XII Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público. Durante o estágio probatório foram acompanhados e avaliados pela Corregedoria-Geral da instituição. A vitaliciabilidade é uma garantia para a sociedade, na medida em que possibilita que os membros exerçam o trabalho com efetiva independência e possam combater a corrupção e as injustiças sociais, sem que por isso possam sofrer intimidações.



2019

Carlos Alberto Fonseca Lopes | Daniel Mondego Figueiredo | Luiz Alberto Almeida Presotto | Paula Suely de Araújo Alves Camacho | Emerson Costa de Oliveira | Aline Neiva Alves da Silva | Olívia Roberta Nogueira de Oliveira | Gerson Alberto de França | Leonardo Jorge Lima Caldas | Bruno Alves Câmara | Mário César Nabantino Arrais Braúna | Thais Rodrigues Cruz Tomaz | Osvaldino Lima de Sousa | Guilherme Lima Carvalho.



2020

Carlos Fernando Cruz da Silva | Juliana Freitas dos Reis | Paloma Sakalem | Aline Cunha da Silva | Cynthia Graziela da Silva Cordeiro | Guilherme Lima Carvalho | John Luke Vilas Boas Carr | Alexandre Azevedo de Mattos Moura Costa | Odélio Divino Garcia Júnior | Rodrigo Silva Vasconcelos | Juliana Cabral Coutinho Andrade.



Gilberto Martins cria grupo de trabalho emergencial para atuar durante a pandemia da covid-19

GRUPO DE TRABALHO FORTALECE MEDIDAS CONTRA A COVID-19

Gilberto Martins formou equipe de procuradores e promotores de Justiça para subsidiar atuação do MPPA em todo o Pará

O procurador-geral de Justiça do Pará, Gilberto Martins, criou, em abril de 2020, o Grupo de Trabalho Emergencial covid-19 (GTE) para fortalecer a atuação do MPPA no acompanhamento das políticas públicas voltadas à prevenção e contenção do novo coronavírus (covid-19). Uma das atribuições do grupo era fazer a articulação, coordenação e integração institucional e interinstitucional.

O GTE foi criado pela portaria nº 1.668/2020-MP/PGJ. O grupo é integrado por procuradores e promotores de Justiça com atuação na garantia do direito à saúde de todas as regiões do Pará. A principal função do grupo é auxiliar a atuação dos procuradores e promotores de Justiça do MPPA, respeitando-se a independência funcional, nas atividades e ações voltadas à prevenção e contenção da covid-19.

“
O Grupo de Trabalho foi criado para auxiliar a atuação dos promotores e procuradores nas ações referentes à covid-19
”



ADAPTAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

O isolamento social imposto pela pandemia da covid-19 trouxe muitas incertezas, mas, assim como outras instituições, o MPPA soube se adaptar aos novos tempos



No ano de 2020 o mundo sofreu uma grande mudança e virou de cabeça para baixo. A pandemia do novo coronavírus transformou rotinas interferindo na vida de quase toda a população. A incerteza sobre o que poderia acontecer e o isolamento forçado para evitar o contágio pela covid-19 trouxeram uma série de novas experiências no âmbito do Ministério Público.

Assim que as autoridades sanitárias informaram sobre a necessidade de isolamento social para impedir o avanço do vírus, até então desconhecido, a administração superior acionou toda sua equipe administrativa do órgão para definir alternativas que pudessem garantir a manutenção do atendimento ao público.

Considerando os protocolos das autoridades de saúde pública para prevenir o contágio pelo novo coronavírus, a administração superior reuniu com toda a equipe no dia 19 de março de 2020 e decidiu suspender temporariamente o expediente presencial criando alternativas virtuais de atendimento ao público. A suspensão temporária foi formalizada no dia 19 de março por meio da assinatura do ato conjunto nº 001/2020-MP/PGJ/CGMP, firmado pelo procurador-geral, Gilberto Martins, e pelo corregedor do MPPA, Jorge Rocha. O trabalho de membros, servidores e estagiários passou a ocorrer, preferencialmente de forma remota. Apesar da suspensão, a Procuradoria-Geral de Justiça, a Corregedoria-Geral do Ministério Público,

as Subprocuradorias-Gerais de Justiça, os Centros de Apoio Operacional, o Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional e os servidores indispensáveis para o funcionamento mínimo dos serviços essenciais da instituição permaneceram em atividade a fim de não deixar a população sem atendimento. O atendimento ao público passou a ser recebido e distribuído por meio dos canais de comunicação não presenciais do MPPA. O contato da população com o MPPA passou a ocorrer de várias formas por meio de canais de atendimento virtuais como a central de atendimento remoto, números de WhatsApp, ficha de atendimento online, agenda virtual de telefones, entre outros.





O retorno ao trabalho presencial foi gradativo e iniciou em julho com a testagem dos servidores

RETORNO AO TRABALHO COM SEGURANÇA

Gilberto Martins formou equipe de procuradores e promotores de Justiça para subsidiar atuação do MPPA em todo o Pará

Após quatro meses de isolamento social impostos pela pandemia do novo coronavírus em julho foi o momento de retomar o trabalho presencial. Apenas alguns servidores e membros puderam voltar presencialmente, os demais continuaram atendendo remotamente. Para garantir a segurança no retorno ao trabalho, os servidores passaram por uma testagem. A campanha ocorreu em julho de 2019 como parte do planejamento para a retomada segura e responsável das atividades presenciais da instituição. Ocorreu em instalações da instituição em

Belém (incluindo Icoaraci e Mosqueiro), Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Marapanim. Além de promover a testagem a Procuradoria-Geral de Justiça distribuiu máscaras para membros, servidores e estagiários, editou o plano de retorno ao trabalho presencial com orientações de segurança e sanitárias e iniciou a atualização da sinalização dos prédios institucionais com informações sobre o distanciamento social e outras normas preventivas à covid-19. Além disso, todas as pessoas que acessam os prédios do MPPA em Belém começaram a passar

por aferição da temperatura corporal. O programa de retorno ao trabalho também contou com a sanitização de alguns prédios do MPPA. O trabalho foi desenvolvido por cerca de 40 militares do Exército que atuavam na descontaminação de espaços públicos de grande circulação de pessoas. A iniciativa visava prevenir e resguardar os usuários desses espaços do possível contágio pela covid-19. Uma campanha interna sobre as novas regras sanitárias nas dependências do órgão foi realizada. Também houve orientação sobre as regras de acesso ao atendimento presencial a partir daquele mês.



COMISSÃO

A Procuradoria-Geral criou uma comissão para analisar os riscos e planejar as medidas de aspecto sanitário e de educação comportamental de membros, servidores, estagiários, terceirizados e do público em geral. A Comissão de Retorno ao Trabalho Presencial (CRTP), formada por membros e servidores do MPPA, desenvolveu uma série de estudos sobre a forma mais segura de retomada das atividades presenciais.



SANITIZAÇÃO

Outra iniciativa da Procuradoria-Geral de Justiça foi a desinfecção de algumas sedes a fim de resguardar os usuários de possível contágio pela covid-19. O trabalho foi desenvolvido por militares do Exército que atuaram na descontaminação de espaços públicos com grande circulação de pessoas. A iniciativa visa prevenir e resguardar os usuários desses espaços do possível contágio pelo coronavírus.



TESTAGEM

Uma das primeiras medidas de retorno ao trabalho foi uma campanha interna de testagem da covid-19. Membros e servidores do MPPA participaram da iniciativa que aconteceu não apenas na capital, mas em municípios do interior com o objetivo de identificar possíveis contaminados e prevenir a propagação do vírus dentro da instituição. Além de Belém (Icoaraci e Mosqueiro), foram programados testes em Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Marapanim.



CAMPANHA

Uma campanha interna orientou membros, servidores e usuários dos serviços do MP sobre as novas regras de trabalho presencial e de acesso ao órgão. Várias peças foram elaboradas e distribuídas nos diversos prédios da instituição, na capital e interior.



Gilberto Martins inaugura sede de Castanhal que passou por reforma

AVANÇOS EM INFRAESTRUTURA CONTINUAM

Com investimentos maciços em infraestrutura, o MPPA entrega prédios novos em 11 municípios. Obras, reformas e licitações continuam em andamento

N o biênio 2019-2021 a Administração Superior prosseguiu com os investimentos em infraestrutura visando melhorar ainda mais as condições de atendimento em todo o Pará. Nesses dois anos de gestão um total de 11 obras foram entregues. A maior parte dos recursos foi destinada ao interior do estado onde foram entregues as sedes de Parauapebas, Conceição do Araguaia, Ponta de Pedras, Rondon do Pará, Jacundá e Xinguara. Embora a priorização tenha sido o interior, a Região Metropolitana também recebeu investimentos como é o caso das sedes do Ministério Público de Ananindeua e Castanhal que

passaram por uma grande reforma. Além de convênio com a Prefeitura de Canaã dos Carajás para construção da nova sede do MP no município, com 580 m² de área útil, quatro gabinetes para membros (expansível até seis), sala multiuso, captação de energia solar e reuso de águas pluviais.

“Nesses dois anos de gestão um total de 11 obras foram entregues”



Futura sede do MP em Canaã dos Carajás

NOVO ESPAÇO PARA A OUVIDORIA DO PARÁ

Em maio de 2019 a Ouvidoria do MPPA passou a funcionar em novo espaço

A criação das Ouvidorias no âmbito da administração pública é um grande salto para o Brasil. No caso do Ministério Público do Pará a Ouvidoria surgiu em 2006 e funcionava numa pequena sala no térreo do edifício-sede. Porém, em maio de 2019, passou a funcionar em um imóvel próprio com estrutura ampliada para atender os cidadãos. A nova Ouvidoria do MPPA possui 105m² de área construída. Contém gabinete, três salas, copa e banheiros.

O projeto da nova sede levou em consideração o atendimento da legislação e normas de acessibilidade.

A nova sede é quase três vezes maior que a anterior. A construção foi motivada pelo aumento da produtividade do órgão nos últimos anos e pela necessidade de garantir mais conforto e estrutura para o atendimento do cidadão.

As obras de construção da nova sede da Ouvidoria começaram em 2018 e duraram cerca de seis meses. O local abrigava antes o setor de manutenção do MPPA, que foi realocado em outro imóvel da instituição. A nova Ouvidoria fica na rua João Diogo, 84, no bairro Cidade Velha, em Belém. O atendimento ao público é de 8h às 14h.



A Ouvidoria fica localizada em um sobrado anexo ao edifício-sede do MPPA



Em fevereiro de 2021 o Ministério Público do Pará celebrou Termo de Cooperação Técnico Financeira com a Companhia Norte Energia S.A. O documento foi assinado pelo procurador-geral de Justiça, Gilberto Valente Martins, e pelo diretor-presidente da Norte Energia S.A., Paulo Roberto Ribeiro Pinto. O Termo de Cooperação tem como finalidade a doação, mediante construção, execução e entrega, da obra de conclusão da nova sede do Ministério Público do Estado do Pará no município de Altamira. Os recursos financeiros para execução do Termo de Cooperação relativo à doação da obra de conclusão da nova sede correrão por conta da



Obra em Altamira inicia em 2021

Norte Energia. O valor total estimado é de R\$ 2 milhões, 497 mil, 467 reais, estipulado conforme planilha orçamentária. Não haverá qualquer transferência de recursos entre os signatários. Atualmente, o MP de Altamira funciona num imóvel locado, comportando com dificuldade uma Promotoria de 2º entrância com sete cargos de promotores de Justiça e demanda de atendimento de uma população estimada de

108.382 habitantes. Uma nova sede começou a ser construída, porém a empresa responsável não concluiu a obra. Houve proposta por parte da empresa Norte Energia para a conclusão da execução dos trabalhos com recursos próprios e doação ao MP.

A nova sede do MPPA em Altamira terá área construída de 1.453,23 m² e fica num terreno de propriedade do Ministério Público.



PARAUAPEBAS

A nova sede foi entregue no dia 19 de novembro de 2019, na presença de membros e servidores da instituição, várias autoridades estaduais e municipais e moradores da cidade. A nova Promotoria fica localizada no coração da cidade, no entorno das sedes de outros órgãos que compõem o sistema de justiça. O imóvel tem 1.358 m² de área construída, dividida em três pavimentos.



ANANINDEUA

Em fevereiro de 2020 a Procuradoria-Geral entregou a primeira grande reforma no prédio principal da Promotoria de Ananindeua. O edifício foi construído na década de 90 e recebeu diversas mudanças em sua estrutura. Treze gabinetes foram construídos. O prédio, de 1906m², também ganhou mobiliário novo e revitalização do piso de granito.



CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

No dia 21 de novembro de 2020 foi inaugurada a nova sede do MPPA em Conceição do Araguaia. A nova sede possui 382 m². Um dos benefícios diretos que a entrega da Promotoria proporciona ao município é a possibilidade de instalação de um núcleo de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica.



CASTANHAL

Após passar um ano em uma ampla reforma, o prédio que sedia o MPPA em Castanhal reabriu no dia 3 de março de 2020. A nova estrutura gerou melhorias na prestação de serviços à população, estimulando o aumento da produtividade da instituição. Com a entrega do prédio reformado houve uma redistribuição da equipe.



SÃO FRANCISCO DO PARÁ

No dia 21 de setembro de 2020 o MPPA inaugurou a nova sede de S. Francisco do Pará. O espaço possui 55m² de área útil quatro vezes maior que a pequena sala cedida pelo judiciário. O prédio, que no passado foi residência oficial da Promotoria, possui gabinete com espaço para reunião, recepção, copa e banheiro acessível.



JACUNDÁ

Nova sede entregue em 29 de outubro de 2020, com 155 m² de área útil e contando com gabinete para membro, sala de reunião, recepção, arquivo e copa. Estrutura digna e acessível para atendimento da população, onde antes ocorria em pequena sala no interior do Fórum local.



PONTA DE PEDRAS

Inaugurada em 7 de outubro de 2020 a nova sede de Ponta de Pedras, que antes funcionava numa sala de 15m² no Fórum da cidade. O espaço, de 85m², é quase seis vezes maior que o anterior e abriga uma equipe formada por um promotor e três servidores que passaram a atender com conforto e comodidade os cidadãos.



RONDON DO PARÁ

Entregue em 29 de outubro de 2020, a nova sede possui 199 m² de área útil e conta com dois gabinetes para membros, sala de reunião, recepção, arquivo e copa. Edificação acessível e adequada ao atendimento do cidadão, onde antes ocorria em prédio locado.



ACARÁ

Acará, município paraense com 55 mil habitantes, recebeu sede própria do MPPA no dia 14 de outubro de 2020. Era mais uma cidade onde a instituição funcionava numa sala do Fórum local, de 15m² a qual foi substituída por um espaço cinco vezes maior, de 76m².



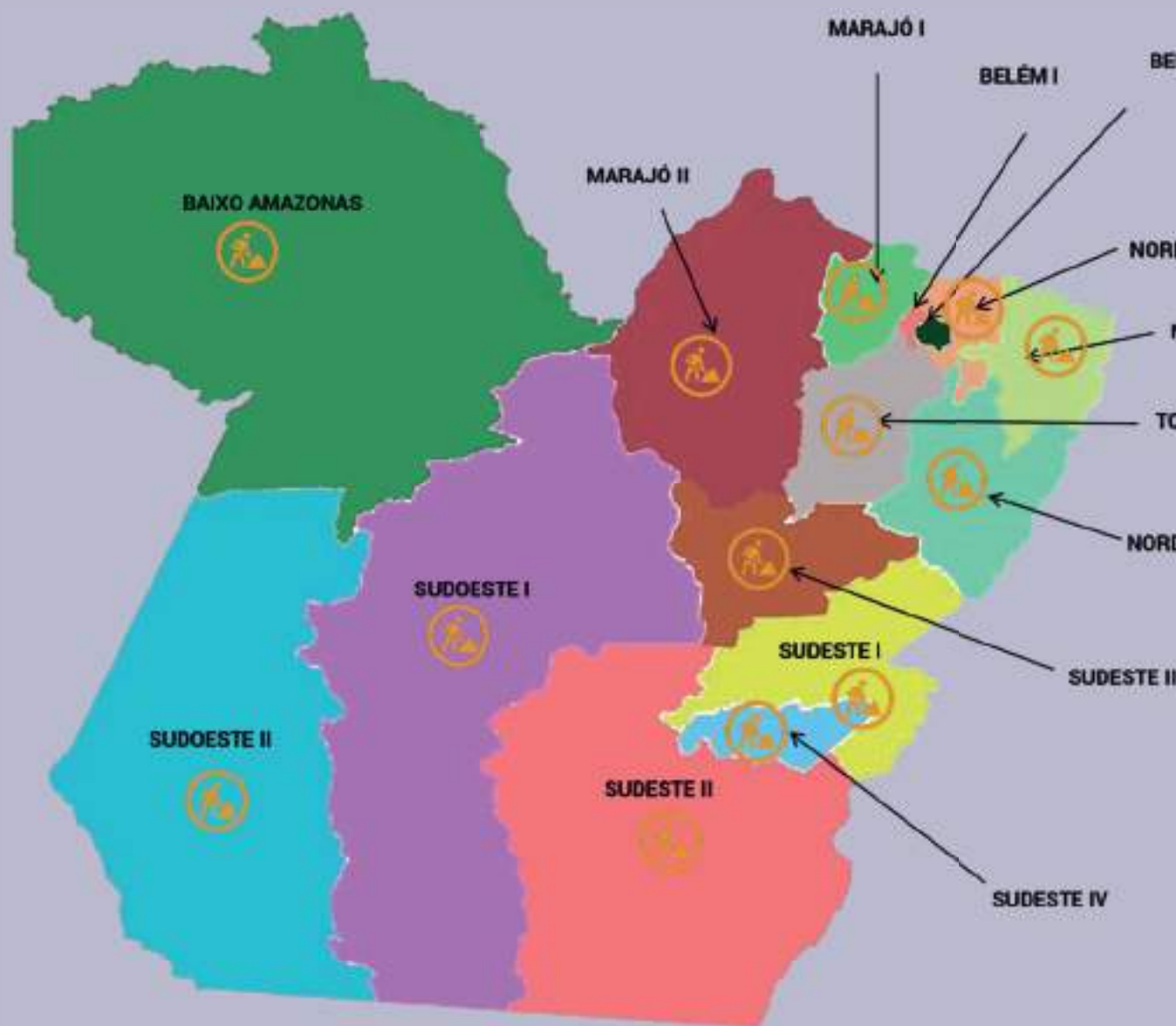
XINGUARA

A nova sede foi entregue em 29 de outubro de 2020, possuindo 276 m² de área útil, a nova estrutura conta com três gabinetes, recepção, espera, arquivo, copa e atende as normas de acessibilidade. Mais conforto e dignidade ao atendimento da população e proporcionando economia ao Órgão, já antes a sede funcionava em imóvel alugado.



Raio-x das obras

O MPPA destacou recursos, nos últimos dois anos, para investimentos na ampliação da estrutura do órgão em diversas regiões do estado. Além de inaugurar sedes próprias, colocou em andamento reformas e projetos. Confira as iniciativas realizadas.



BELÉM I

Reforma do ed. sede e anexos
Nova sede da Ouvidoria
Projeto novo Anexo III

BELÉM II

Reforma sedes de Ananindeua e Marituba
Projeto nova sede Benevides

MARAJÓ I

Nova sede em Ponta de Pedras

NORDESTE I

Reforma sede de Castanhal
Nova sede de São Francisco do Pará
Licitação novas sedes de Vigia e São Domingos do Capim

NORDESTE III

Projeto nova sede de Tomé Açu
Licitação nova sede de Mãe do Rio

TOCANTINS

Nova sede de Acará
Licitação novas sedes de Moju e Cametá
Projeto nova sede de Abaetetuba e Barcarena

SUDESTE I

Novas sedes de Rondon do Pará e Jacundá
Reforma prédio Marabá (arquivo)

SUDESTE II

Novas sedes em Conceição do Araguaia e Xinguba

SUDESTE III

Projeto nova sede em Tucuruí

SUDESTE IV

Nova sede em Parauapebas
Nova sede de Canaã dos Carajás em licitação

BAIXO AMAZONAS

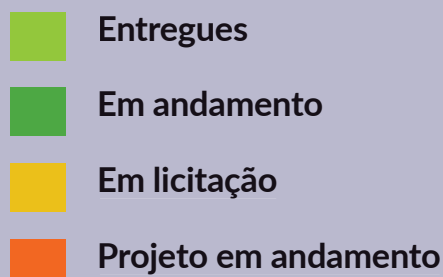
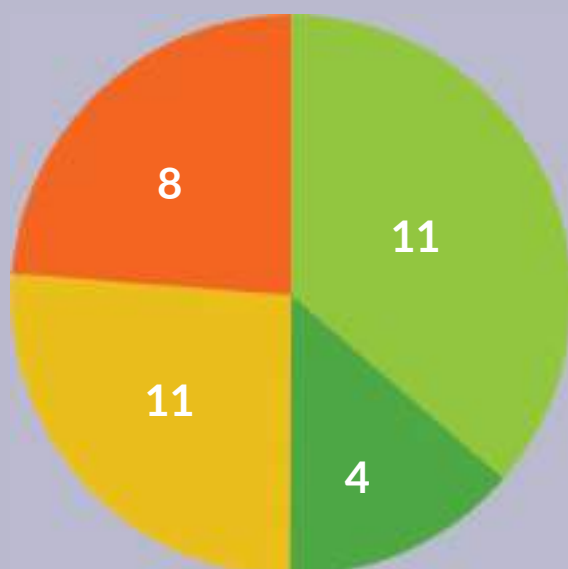
Nova sede de Oriximiná
Licitação nova sede de Prainha

SUDOESTE I

Nova sede de Altamira em andamento
Licitação nova sede de São Geraldo

SUDOESTE II

Projeto nova sede de Itaituba
Licitação nova sede em Tucumã



Reformas para conservação predial

Mais de um milhão de reais foram investidos em reformas para conservação dos prédios do MP localizados nas regiões Metropolitana, Nordeste e Tocantins, inclusive com a revitalização das fachadas dos prédios sede e anexos em Belém, através da ata de registro de preço de Serviços de Engenharia.

Obras concluídas

- Ouvidoria (2019)
- Parauapebas (2019)
- Conceição do Araguaia (2019)
- Ananindeua (2020)
- Castanhal (2020)
- S. Francisco do Pará (2020)
- Ponta de Pedras (2020)
- Acará (2020)
- Rondon do Pará (2020)
- Jacundá (2020)
- Xinguara (2020)

Obras em licitação

- Cametá (nova sede)
- Moju (nova sede)
- Canaã dos Carajás (nova sede)

Reformas em andamento

- Oriximiná
- Marabá (reforma do arquivo)
- Sala de reunião anexo

Reformas em licitação

- Vigia (nova sede)
- Paragominas (reforma da sede)
- Abaetetuba (reforma da sede)
- Mãe do Rio (nova sede)
- S. Domingos do Capim (nova sede)
- Tucumã (nova sede)
- S. Geraldo do Araguaia (nova sede)
- Prainha (nova sede)

Obras com projeto em andamento

- Belém – Anexo III
- Barcarena
- Tomé Açu
- Abaetetuba
- Benevides
- Tucuruí
- Bragança – ampliação
- Itaituba

Obras em andamento

- Altamira (nova sede)



O MPPA sediou reunião de trabalho dos procuradores-gerais da Amazônia Legal

INTEGRAÇÃO PARA MELHOR SERVIR A SOCIEDADE

Diversas parcerias foram estabelecidas pela Procuradoria-Geral de Justiça nos anos de 2019 e 2020 a fim aprimorar a atuação do Ministério Público

Ao longo dos dois últimos anos a Procuradoria-Geral de Justiça estabeleceu uma série de parcerias interinstitucionais a fim aprimorar a atuação do Ministério Público. Uma dessas parcerias ocorreu em agosto de 2020 quando procuradores-gerais de Justiça que compõem os Estados da Amazônia Legal assinaram o Acordo de Resultados em Defesa

da Amazônia visando a implementação, em todos os Ministérios Públicos que integram a Amazônia Legal, de mecanismos para a prevenção o combate ao desmatamento e às queimadas como, por exemplo, forças-tarefas, grupos de atuação especial ou similares. A assinatura ocorreu, no edifício-sede do Ministério Público do Pará, durante reunião de trabalho dos procuradores-gerais

de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados da Amazônia Legal, promovida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A iniciativa de criação de grupos especializados de atuação nos Ministérios Públicos dos Estados que compõem a Amazônia Legal tem o propósito de fortalecer e contribuir para o desenvolvimento de ações estratégicas de competência do Ministério Público



brasileiro no combate aos crimes e ações ilegais na região, de ações articuladas com os demais órgãos de defesa da Amazônia e do aprimoramento do diálogo entre as instituições. Outra importante parceria foi o acordo de cooperação técnica firmado entre o MPPA e a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) cujo objetivo é estabelecer mecanismos que possibilitem aos membros das Promotorias de Justiça do Polo Baixo Amazonas e Polo Tapajós o recebimento de informações técnicas e acadêmicas, execução de projetos de projetos, visando

o acompanhamento das ações voltadas à prevenção de conflitos coletivos, implementação de políticas públicas, gestão fundiária, agrária, urbanística e socioambiental. O acordo de cooperação surgiu de uma demanda do GT Agrário. Na prática, informações técnicas e acadêmicas fornecidas pela Universidade irão subsidiar os procedimentos das Promotorias uma vez que a UFOPA possui uma série de pesquisas e trabalhos acadêmicos que podem servir como base na instrução de procedimentos ministeriais relacionados às questões agrárias e fundiárias.

“
O acordo visa estabelecer mecanismos que possibilitem o recebimento de informações técnicas e acadêmicas
”



Gilberto Martins assina acordo de cooperação técnica com a Universidade do Oeste do Pará



Gilberto Martins assina termo de cooperação com TJPA e DPE

COOPERAÇÃO PARA UMA ESCUTA ESPECIALIZADA

O acordo de cooperação efetivou a escuta especializada e o depoimento especial de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência

Uma união interinstitucional para garantir a proteção dos direitos da infância e juventude. Assim foi classificado o termo de cooperação firmado em dezembro de 2019 pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) e Governo do Estado. O acordo efetivou a escuta especializada e o depoimento especial de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência. Com a formalização da parceria, os órgãos se comprometeram a fomentar a aplicação da lei n.º 13.431/2017 em todas as comarcas do Pará, ajus-

tando atividades e operacionalizando fluxos internos e interinstitucionais. Aprovada em abril de 2017, a lei n.º 13.431 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, prevendo a realização da escuta especializada, que é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com a criança ou adolescente perante o órgão da rede de proteção.

No Pará, na prática, os órgãos do sistema de justiça e da rede de proteção até então não possuíam estrutura plenamente adequada para o cumprimento da lei. Por isso, era comum crianças e adolescentes serem ouvidas várias vezes sobre o mesmo caso, por pessoas sem capacitação para colher o depoimento e em local sem privacidade, o que provocava uma nova vitimização da criança ou adolescente.



Instituição em evidência

O procurador-geral sustentou uma relação harmônica e transparente com diversas instituições, mantendo diálogo permanente com essas entidades



HOLANDA

Diplomatas do governo holandês estiveram em maio de 2019 no Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) para uma visita de cortesia ao procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, e a membros da instituição. O principal motivo do encontro foi estreitar relações e buscar cooperação para enfrentar questões como o desmatamento e o comércio de produtos ilegais para o continente europeu.

ALEPA

Gilberto Martins participa de sessão solene na Assembleia Legislativa que homenageou membros do MPPA pela atuação de destaque em questões envolvendo o meio ambiente. Os promotores José Godofredo Pires e Nilton Gurjão das Chagas estavam entre os ganhadores da medalha alusiva ao prêmio Qualidade de Vida Ambiental no Pará.



CNBB/ACNUR

Gilberto Martins reuniu em agosto de 2019 com representantes da Regional Norte 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) para debater ações articuladas entre as três instituições no enfrentamento ao tráfico de pessoas e demais problemáticas interligadas a essa forma de criminalidade.

STF

Em agosto de 2019, Gilberto Martins participou em Brasília de audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os repasses da Lei Kandir. O encontro, mediado pelo ministro Gilmar Mendes, teve a participação de procuradores de Justiça do MP brasileiro e de representantes de todos os executivos estaduais.





PGR

Gilberto Martins, participou, em outubro de 2019, da cerimônia pública de posse de Augusto Aras no cargo de procurador-geral da República. A solenidade, ocorrida em Brasília, reuniu várias autoridades. O PGR destacou que não há poder do Estado que esteja imune à ação do MP, ressaltando que os membros da instituição devem agir com equilíbrio, competência e compreensão.

INCRA

Em dezembro de 2019 foi firmado um acordo de cooperação técnica entre o MPPA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para possibilitar o incremento da base de dados do Sistema Geográfico de Informações Fundiárias (SIG-Fundiário), ferramenta que reúne várias informações sobre a posse e uso de terras no Pará.



IOEPA

Em outubro de 2019 o MPPA assinou termo de cooperação com a Imprensa Oficial do Estado para utilização de uma base de dados da IOE composta pelas edições dos Diários Oficiais desde o tempo do império, além de dados cadastrais desses documentos. A ideia é juntar as informações com as de outras instituições que já assinaram convênio com MPPA e montar um banco robusto de dados que ajudarão os promotores de justiça em sua atuação institucional.

SEFA/PEG

Em julho de 2020, o MPPA assinou com a Sefa e a PGE um Termo de Cooperação cujo objetivo era o compartilhamento de dados entre as três instituições. As informações fornecidas são referentes a pessoas físicas e jurídicas, além de dados de notas fiscais de compras e serviços adquiridos por entes públicos.



PRESÍDIOS

O MPPA discutiu com a Susipe a situação da superlotação dos presídios do Pará. O debate ocorreu em torno da possibilidade de aumentar a eficiência do sistema penitenciário. A Susipe apresentou ao MPPA plano de trabalho e sinalizou que entre as suas prioridades estão o controle das facções criminosas, maior rigor no cumprimento dos regimes prisionais e uma triagem dos presos para combater a superlotação dos presídios.



Simpósio Jurídico ocorrido em 2019

MÚTIPLAS CAPACITAÇÕES

Em dois anos o MPPA organizou 86 capacitações, entre cursos e seminários, para aprimoramento de membros e servidores e geração de conhecimento de temas estratégicos

A pesar das limitações impostas pela pandemia do novo coronavírus, o Ministério Público do Estado do Pará ofertou uma grande quantidade de cursos no biênio 2019-2021. A maioria deles aconteceu em 2019 quando foram realizados um total de 94 cursos os quais tiveram 4.018 participantes. Em 2020, o volume foi menor devido ao isolamento social imposto pela pandemia da covid-19. A partir de março, início do isolamento, os cursos ocorreram virtualmente sendo que

um total de 1.077 pessoas participaram dos cursos ofertados. Alguns deles foram realizados em parceria com a Escola de Governança do Estado do Pará (EGPA) objetivando a formação e qualificação dos integrantes do MPPA em um processo contínuo de dinamização e melhoramento dos serviços prestados. Em 2019 foram 25 cursos no total em parceria com a Escola de Governança. Já no ano de 2020 foi possível realizar apenas um curso em parceria com a EGPA.

**“
5 mil
Foi a
quantidade de
pessoas que
participaram
dos cursos
organizados
pelo MPPA em
2019-2020
”**



TEMAS DIVERSIFICADOS

Os cursos organizados pelo MPPA foram direcionados para a real necessidade de membros e servidores. Em razão disso, os temas foram diversos. Veja alguns destaques



Simpósio Jurídico – A Justiça Penal Negociada – Plea Bargain e o Acordo de Não Persecução Penal. Março de 2019.



Teoria e Prática do Combate à Corrupção nos Municípios pelo Ministério Público. Março de 2019.



Curso de Negociação e Mediação pelo Ministério Público a Luz do CPC. Maio 2019.



Técnicas de Entrevista, Interrogatório e Detecção de Mentiras Aplicado às Funções do MP. Fevereiro 2020.



Curso de Aperfeiçoamento em Direito Agrário e Fundiário e Políticas Públicas (MPPA/EGPA). Março 2020.



Curso de Atualização em Direito Eleitoral. Julho 2020.

CURSOS EM PARCERIA COM A EGPA (2019)

Cursos	Participantes
Básico de libras	13
Avançado de libras	3
1.º Encontro de ADC'S 2019	2
2.º Encontro de ADC'S 2019	2
Formação de tutores em EAD: teoria e prática	1
Licitação e contratos na administração pública	2
Habilidades sociais: qualidade no atendimento ao público - EAD	1
Coaching: a revolução 4.0	1
TOTAL GERAL	25

ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO PRONTO PARA OPERAR

**O estúdio EAD
representa
um ganho de
autonomia ao
possibilitar o
treinamento à
distância.**

Estúdio EAD do MPPA foi inaugurado em outubro de 2020

No ano de 2020, o Ministério Público do Pará por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) inaugurou seu estúdio para gravações e transmissões de cursos e palestras no formato educação a distância. O espaço irá viabilizar a produção de materiais pedagógicos que complementarão o conteúdo dos cursos oferecidos pelo CEAF se firmando como um importante recurso para o desenvolvimento das atividades de ensino da instituição. A instalação do estúdio EAD visa estimular o uso das Tecnolo-

gias Educacionais tanto no ensino a distância quanto no ensino presencial. O espaço representa um ganho de autonomia institucional uma vez que possibilita a geração de conteúdo de discussão de vários temas acadêmicos e também de qualificação técnica operacional e de treinamento à distância. O estúdio EAD do Ministério Público funciona no andar térreo do prédio CEAF, ao lado do auditório. Está plenamente equipado para gravações de cursos e lives. Para isolamento acústico, foi revestido com duas camadas de gesso acartonado com preenchimento de manta de fibra

de vidro e espuma acústica profissional. Possui as medidas 2.40m x 6.60m, especificações que comportam até três ministrantes na bancada ou um em plano aberto. Está equipado com câmera PTZ (Robótica) full HD, câmera Sony Full HD fixa, Tripés para câmeras e iluminação, Iluminação de estúdio tipo refletor com regulagem de temperatura de luz, microfones lapela, chromakey profissional móvel, switcher de gravação com software broadcaster VMIX, bancada adaptável para 1, 2 ou 3 ministrantes, armário para equipamentos com chave e bancada de operação de switcher.

Ensino à distância vira realidade no MPPA



membros e servidores de todo Estado podem participar das capacitações pela plataforma EAD



Em 2019 o Ministério Público do Pará lançou a plataforma que permite a realização de ensino à distância. O lançamento da nova ferramenta ocorreu em maio daquele ano. A implantação da dinâmica de ensino à distância (EAD) visa aprimorar o conhecimento de membros e servidores, além de otimizar recursos públicos. O acesso à plataforma acontece por meio do site do MPPA no menu “Serviços de Apoio”.

COMISSÃO CONCLUI PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PCCR

A proposta foi entregue ao procurador-geral que irá submetê-la a análise no Colégio de Procuradores

O Em dezembro de 2019 a comissão especial para tratar do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado do Pará, instituída pela Portaria N.º 1.227/2018-MP/PGJ, entregou oficialmente ao procurador-geral de Justiça, Gilberto Valente Martins, a proposta que prevê atualizações e adequações da estrutura organizacional do PCCR. A entrega ocorreu durante reunião com os membros

da comissão e parte da equipe técnica de apoio que auxiliou na construção da proposta. A comissão levou em consideração reivindicações antigas dos servidores bem como observou os limites prudentiais pertinentes aos gastos públicos. O trabalho foi dividido em várias etapas, a primeira delas foi a realização de reuniões com todos os setores da instituição para conhecer as necessidades e atribuições de cada um deles. Durante esse processo a

comissão detectou a necessidade de mudança de estrutura no organograma institucional e também a necessidade de transformação de alguns cargos. A partir desse levantamento a equipe apontou os principais pontos de melhorias tanto do ponto de vista da estrutura organizacional como de cargo, carreira e remuneração dos servidores. Ao receber o documento, o procurador-geral de Justiça agradeceu o empenho de todos os integrantes da comissão.



Parte da comissão do PCCR reuniu com o procurador-geral Gilberto Martins

COMPARTILHANDO AS BOAS PRÁTICAS

A união de diversas instituições possibilitou a realização do I Encontro de Servidores Públicos do Pará

**244 servidores
do MPPA
participaram
do I Encontro
de Servidores
Públicos**

Um total de 244 servidores do Ministério Público do Pará participaram nos dias 29 e 30 de outubro de 2019 do I Encontro de Servidores Públicos do Pará que reuniu mais de 2 mil servidores públicos do Estado. O tema central do evento foi “Da essência à alta performance” e teve como objetivo promover o engajamento entre os servidores das diversas instituições parceiras, através do compartilhamento de boas práticas em gestão de pessoas. Além de assistir

palestras de profissionais de destacada notoriedade, o evento proporcionou aos órgãos públicos apresentarem boas práticas em gestão de pessoas a fim de estimular a troca de conhecimento interinstitucional e com o público participante. O MPPA levou três boas práticas em gestão de pessoas: o ponto online, os cursos de aperfeiçoamento do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e o concurso de fotografia que resultou num calendário temático institucional.

Servidores de diversas instituições participaram do evento que teve grandes nomes do cenário nacional



Reunião de alinhamento do procurador-geral com sua equipe

MODERNIZAÇÃO E APOIO QUALIFICADO

Modernização e maior ênfase às atividades do Centro de Apoio Operacional proporcionaram avanços aos órgãos de execução

Durante toda a gestão, a Procuradoria-Geral de Justiça procurou prestar o devido apoio aos órgãos de execução por meio dos Centros de Apoio Operacional que nos últimos anos atuaram em diversas frentes de trabalho. Os CAO's ofereceram suporte aos órgãos de execução por meio de reuniões de trabalho, suporte interinstitucional, cooperação técnica, fortalecimento e criação de novos grupos de trabalho, além da promoção de eventos em conjunto com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e

instituições externas. Um aspecto de destaque foram as tradicionais pesquisas jurídicas para subsidiar a atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, demonstrando que a equipe de gestão não mediu esforços para alcançar resultados mais satisfatórios em relação às expectativas institucionais. Em 2019 o Serviço Confidencial de Pesquisa de Dados de Pessoas Físicas e Jurídicas (SCPD) atendeu 20 mil, 152 solicitações de todas as entrâncias, contribuindo para a qualidade do resultado dos procedimentos instaurados e das ações judiciais propostas pelos

membros do MPPA quanto às informações das partes envolvidas. Em 2020, esse número ficou em 12.901 solicitações. A celeridade no atendimento das demandas se deu a partir da alteração de fluxos no atendimento. Demandas que anteriormente demoravam cerca de 20 dias para serem atendidas, passaram a ser respondidas em aproximadamente 48 horas. Atualmente o SCPD do CAO Criminal do MPPA atende solicitações de qualquer membro do MPPA que necessite da pesquisa em sua respectiva atuação, não se limitando apenas à atuação criminal.



Destaques da atuação

Além de prestar apoio técnico aos procuradores e promotores de Justiça, os CAO's foram fundamentais para integrar e promover o intercâmbio entre os órgãos de execução. Veja algumas ações realizadas



José Maria Lima Júnior, supervisor dos CAOs e coord. do CAO Criminal.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL

SISTEMA GALATCUS: O sistema de pesquisa de dados foi implantado no MPPA por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 001/2019. O objetivo é reunir todas as informações sobre pessoas físicas e jurídicas numa única plataforma de pesquisa. Surgiu a partir da busca de alternativas tecnológicas para modernização e celeridade do Serviço Confidencial de Pesquisa de Dados de Pessoas Físicas e Jurídicas (SCPD).

GT DE EXECUÇÃO PENAL E SISTEMA PENITENCIÁRIO: foi instituído pela Portaria conjunta nº 001/2017-MP/PGJ CGMP, de 11/01/2017, para discutir e sugerir medidas de operacionalização na área de execução penal, sobretudo em relação à articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas à execução penal, com foco na atividade preventiva pautada na observância de protocolos de segurança delineados pelos órgãos competentes.

PLANO INTEGRADO DE ATUAÇÃO DO GT DE EXECUÇÃO PENAL E SISTEMA PENITENCIÁRIO: foi elaborado após um processo democrático de escuta, discussão e deliberação dos problemas vivenciados na fiscalização das unidades prisionais. O objetivo é a adoção de providências

articuladas, especializadas e integradas para buscar melhorias quanto aos problemas e irregularidades identificados no sistema prisional do Pará.

GRUPO DE TRABALHO DO TRIBUNAL DO JÚRI:

foi instituído pela Portaria nº 5.910/2017-MP/PGJ de 11/09/2017, com o objetivo de estabelecer auxílio aos promotores de Justiça que atuam nas Varas Criminais do Tribunal do Júri, visando à operacionalização de medidas de combate à impunidade na seara dos crimes dolosos contra a vida. Em razão da pandemia de covid-19 a maioria das deliberações do grupo ocorreu de forma virtual.



Luziana Dantas, coord. do CAO Cível

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL

PROJETO ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS E JURÍDICAS:

foram realizados seminários informativos sobre a identificação e consequências da alienação parental nos municípios de Ananindeua (2019), Soure e Salvaterra (2020) com a participação de diversos seguimentos sociais. Também fazem parte do projeto a elaboração e a divulgação da cartilha "Alienação Parental e suas implicações psicossociais e jurídicas". Com a pandemia, algumas ações foram adaptadas ao contexto passando a ocorrer virtualmente.

PROJETO INTERIORIZAÇÃO DAS OFICINAS SOBRE A ATUAÇÃO DO MP NO 3º SETOR:

é realizado em parceria com Núcleo do Terceiro Setor e CEAf. Além de instrumentalizar os órgãos no combate a atos de improbidade administrativa e corrupção por parte de entidades de interesse social sem fins lucrativos, também orienta as entidades do terceiro sobre a prestação de contas das mesmas. Em 2019, o projeto realizou oficinas em Santarém e foi implementado em Marabá e Belém.

PROJETO O PAPEL DA CONTABILIDADE NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR:

tem o objetivo de aprimorar a atuação do MPPA na fiscalização de entidades do Terceiro Setor, por meio de análises técnicos-contábeis em procedimentos de prestação de contas finalísticas instaurados por Promotorias com atribuições no terceiro setor. Em 2020, foi realizada, virtualmente, a primeira oficina do projeto.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE EXAMES DE DNA:

em 2019 o CAO Cível solicitou junto à Administração Superior a contratação de empresa para a realização de exame de DNA. Em junho de 2020 foi contratada a empresa DNA Vida Exames de Paternidade e Imunizações LTDA, para prestar serviços de exames laboratoriais para subsidiar os procedimentos de reconhecimento e investigação de paternidade, no âmbito MPPA.



Leane Barros, coord. CAO Infância

PROTEÇÃO A CRIANÇA: em março de 2020, a OMS declarou emergência em saúde pública em razão da covid-19 que atingiu de forma mais acentuada os grupos humanos em condição de exclusão social e econômica. Diante do cenário

pandêmico, o CAOIJ direcionou suas atividades para dar suporte aos membros nas ações na área da infância e juventude a fim de garantir os seus direitos fundamentais.

PROJETOS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS:

nos anos de 2019 e 2020, o CAOIJ participou de oito projetos institucionais, além de coordenar um programa. Todos realizados por meio de convênios, termos de cooperação técnica e compromisso operacional. Entre eles estão o projeto de Humanização das Medidas Socioeducativas no MPPA (Termo de Cooperação n.º 001/2017); projeto SIMP-TUTOR (Termo de Cooperação n.º 014/2016); projeto Estágio Cidadão (Termo de Cooperação n.º 003/2013); projeto MPPA x EMBRAPA x FUNPAPA (Termo de Cooperação n.º 004/2016); programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, entre outros.

COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DO GT INFÂNCIA:

nos anos de 2019 e 2020 o GT Infância debateu pautas relevantes como a operacionalização do Termo de Cooperação Técnica n.º 07/2018-MP/PA firmado entre o MPPA, UFPA e CEDECA-EMAÚS; Ação Regional do MPPA para desenvolvimento de políticas públicas integradas destinadas ao atendimento especializado de crianças e adolescentes; rede de proteção; cadastros municipais de adoção; pacto nacional pela 1ª infância; erradicação do trabalho infantil; sistema socioeducativo; atuação articulada e integrada dos membros do MPPA no tocante à retomada das atividades escolares pós-pandemia covid-19 no Pará, entre outras.

PROMOÇÃO DE EVENTOS: nos anos de 2019 e 2020 o CAOIJ realizou 21 eventos envolvendo membros e integrantes dos demais órgãos do sistema de Justiça e de instituições externas que compõem a Rede de Proteção à população infanto-juvenil. Entre eles destacam-se o seminário “Adolescência: sexualidade e direitos humanos” (2019); Campanha do MPPA de Combate à violência sexual de crianças e adolescentes no município de Piçarras (2019), Seminário MPPA – “Desafios à prevenção à gravidez na adolescência” (2020); Webnário: desafios no contexto da Pandemia – Combate à Violência Sexual” (2020).



Alexandre Couto, coord. do CAO
Patrimônio/NCIC

CAO DO PATRIMÔNIO/ NCIC

PROJETO “PREVENÇÃO: SIM! IMPROBIDADE: NÃO!”: em parceria com Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM/PA), Tribunal de Contas do Estado (TCE/PA) e Ministério Público de Contas do Pará (MPC/PA), que, em conjunto com membros do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) foram realizadas palestras sobre temas vinculados à correta aplicabilidade dos recursos públicos, à publicidade de seus atos, à probidade, à integridade e ao compliance.

COVID-19: o CAO do Patrimônio Público/NCIC realizou o acompanhamento de decretos emergenciais para o combate ao novo coronavírus (covid-19) visando fiscalizar o cumprimento do art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 13979/2020 que exige transparência específica dessas contratações, inclusive minutando recomendação geral encaminhado pela Procuradoria-Geral de Justiça para que as Promotorias de Justiça cobrassem a efetiva transparência de tais contratações e fiscalização dessas despesas públicas.

PROJETO TRANSPARÊNCIA: o CAODPP/NCIC realizou acompanhamento da efetividade dos Portais da Transparência nos municípios paraenses com cooperação entre o MPPA, TCM, UFPA, CGU e Observatório Social de Belém. O projeto “Transparência Já!”, premiado pelo CNMP, teve continuidade e as análises dos portais da transparência das Prefeituras e Câmaras Municipais. O TCM/PA firmou Termo de Ajustamento de Gestão com os entes públicos elencando todas as obrigações legais de transparência ativa e passiva, sendo os portais constantemente avaliados.

AÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE: em atuação conjunta com o Procurador-Geral de Justiça, foram desenvolvidas Minutas de Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra leis municipais que criam cargos em comissão de procuradores jurídicos quando criada a Procuradoria Jurídica Municipal. Foram ajuizadas 24 Ações Diretas de Inconstitucionalidade buscando o reconhecimento da inconstitucionalidade de Procuradorias Municipais criadas com cargos comissionados.



Marco Aurélio Nascimento, coord.
CAO Constitucional

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CONSTITUCIONAL

GT NAVEGAÇÃO: O grupo é composto por 18 promotores de Justiça e coordenador pelo Centro de Apoio Operacional Constitucional (CAO Constitucional). Tem como finalidade acompanhar junto com outras instituições a demanda e oferta de passageiros, cargas, portos/terminais, linhas/embarcações, assim como, caracterização da oferta e da demanda do transporte fluvial de passageiros na região Amazônica. O GT também acompanha no âmbito do MPPA a qualidade da prestação dos serviços garantindo a segurança da navegação e facilitando o estabelecimento de políticas públicas para o setor de transporte hidroviário de passageiros da Amazônia

MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO: O CAO Constitucional participou de eventos em diversos municípios paraenses prestando apoio aos promotores locais na tomada de providências visando sensibilizar os gestores acerca da importância de gerir o trânsito em seus municípios, visando a segurança e o bem-estar da popu-

lação. Reuniões, audiências públicas e fóruns sobre o tema ocorreram em Mãe do Rio, Bonito, Santarém, Altamira, entre outros.

LGBTI

O CAO Constitucional também promoveu eventos para debater Direitos Humanos e Questões de Gênero, de combate a LGBTIfobia. Os eventos proporcionaram um estímulo para discussão, reflexão e articulação entre as instituições pela implantação de ações de combate a LGBTIfobia e de políticas públicas de garantia dos direitos das pessoas LGBTI.

CONSUMIDOR: Juntamente com o Centro de Estados e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e o Programa de Proteção e Defesa do Consumido (Procon), o CAO Constitucional realizou, em março de 2019, o seminário alusivo ao Dia Internacional do Consumidor onde foram debatidos temas que estão no dia-a-dia do consumidor, sobretudo na esfera do direito coletivo como água, energia e telefonia, por exemplo, dos o Ministério Público recebe muitas demandas.



José Godofredo, coord. CAO Meio Ambiente

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL MEIO AMBIENTE

GRUPO DE TRABALHO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: tem o objetivo de definir e implementar estratégias de atuação no acompanhamento da gestão de resíduos sólidos na Região Metropolitana de Belém. Sua atuação tem se voltado para o acompanhamento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 2013, pelas

Prefeituras municipais de Belém, Ananindeua e Marituba e o Ministério Público. O grupo fez reuniões com as Prefeituras da Região Metropolitana de Belém para tratar do aterro sanitário e do gerenciamento dos resíduos sólidos; promoveu oficina com os catadores de materiais recicláveis da Região Metropolitana de Belém; promoveu reuniões com a Procuradoria-Geral do Estado, Prefeituras da RMB e empresa responsável pelo aterro sanitário de Marituba, para tratar da destinação dos resíduos sólidos; fez acompanhamento de audiência pública em Marituba sobre a destinação dos resíduos sólidos da RMB.

GRUPO DE TRABALHO DE BARCARENA: tem o objetivo de definir e implementar estratégias de atuação no acompanhamento dos danos ambientais causados pelo Polo Industrial do município de Barcarena, composto pelos promotores de justiça de Barcarena, Promotoria de Justiça com atribuição em Meio Ambiente de Abaetetuba e Promotoria de Justiça da 1ª Região Agrária. O grupo acompanhou de perto os licenciamentos ambientais de empreendimentos na região; participou de discussões e da elaboração de roteiro de análise de licenciamento ambiental para orientar as análises do GATI; além de apresentar sugestão à Procuradoria-Geral acerca da necessidade de criação da Promotoria Ambiental Regional de Barcarena.

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL COMPANHIA BRASILEIRA DE BAUXITA: criado para a tutela coletiva das demandas desencadeadas pelos impactos ambientais causados pela contaminação existente na área da Companhia Brasileira de Bauxita no Município de Ulianópolis. O grupo realizou mutirão para elaboração de peças e despachos diversos; realizou análise dos pedidos de exclusão pelas empresas investigadas e atualização da planilha de sistematização; ajuizou ações civis públicas e denúncias criminais em face das empresas investigadas; realizou reunião pública em Ulianópolis para alinhar entendimentos e ações em relação aos impactos causados pela poluição; levantou e monitorou denúncias criminais e ações cíveis em tramitação na comarca de Ulianópolis, referentes ao caso, peticionando em algumas delas, visando a movimentação desses processos; promoveu reunião de apresentação do projeto de intervenção quanto ao passivo ambiental pela consultoria técnica



contratada pelas empresas demandadas no inquérito civil; reuniões por videoconferência para produção do texto e posterior assinatura do Compromisso de Ajustamento de Conduta entre empresas, Ministério Público e Prefeitura de Ulianópolis.

COMISSÃO IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE MELHORIA DO DESEMPENHO AMBIENTAL DO MPPA:

Por meio da criação do Programa MP Sustentável a comissão trabalha para implementar o programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente no âmbito do Ministério Público do Pará. Realizou o lançamento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do MPPA na Região Administrativa Belém I; promoveu oficina em educação ambiental a fim de formar agentes multiplicadores em gestão e gerenciamento de resíduos sólidos; lançou a campanha interna de coleta seletiva para o prédio-sede do MPPA.



Adriana Simões, coord. CAO Cidadania

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CIDADANIA

ESCUA PÚBLICA: MPPA, MPF e MPT realizaram, de 7 a 31 de julho de 2020, por meio de questionário virtual, escuta pública da comunidade escolar para se manifestar sobre a oferta da educação durante a pandemia da covid-19, quando houve a suspensão das atividades presenciais nas escolas e a realização de aulas remotas. Paralelamente a essa escuta pública, a coordenação do CAO Cidadania apoiou as ações dos ramos do Ministério Público (MPPA, MPF e MPT) quando da realização das inúmeras reuniões virtuais com todos os segmentos da área da educação.

FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES:

estudos realizados pela 1ª PJDCF/DH e pelo CAO Cidadania, junto às escolas da rede pública estadual de ensino, identificaram um grande número de escolas com Conselho Escolar inadimplente no que diz respeito a prestação de contas perante os órgãos de controle, principalmente, Receita Federal, Secretaria Municipal de Finanças de Belém (SEFIN), Banco do Brasil e Cartórios de Registros, resultando em um montante expressivo de recursos que deixaram de ser repassados do Governo Federal para essas instituições de ensino. A metodologia para execução do projeto vem acontecendo por meio de reuniões entre corpo técnico da Seduc, diretores de escolas, comunidade estudantil e órgãos parceiros, visando direcionar e orientar os conselheiros escolares em suas diferentes necessidades, por meio de consultorias individuais e/ou coletivas, bem como mediante oficinas de aperfeiçoamento no campo administrativo, financeiro e pedagógico.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

em abril de 2020, foi expedida Nota Técnica Conjunta pelo Centro de Apoio Operacional da Cidadania e pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude tratando sobre a distribuição de alimentação escolar às famílias dos estudantes de escolas públicas da educação básica que tiveram suspensas as aulas presenciais por ocasião da pandemia da covid-19. Também foi expedida Nota Técnica tratando sobre o sepultamento de vítimas do novo coronavírus, o manejo específico dos corpos e a cremação compulsória dos cadáveres, além das limitações dos velórios aos amigos e familiares, em tudo se considerando as normas de saúde pública no contexto da pandemia.

COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE DEMANDAS DE SAÚDE (CIRADS):

Acordo de Cooperação Técnica n.º 40/2017-TJ/PA. Trata-se de acordo firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a Procuradoria Geral do Estado do Pará, o Ministério Público do Estado do Pará, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União no Estado do Pará, a Defensoria Pública do Estado do Pará, entre outras instituições, e que visa solucionar, administrativamente, demandas envolvendo questões de saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde.



Nos dias 10 e 12 de abril de 2019 ocorreu a 1ª Reunião de Trabalho para a Construção do Plano Estratégico Institucional do MPPA

DISSEMINANDO A CULTURA DO PLANEJAMENTO

No biênio 2019-2021 o planejamento estratégico institucional ganhou destaque a partir da implementação gradativa da cultura do planejamento junto a membros e servidores

Fortalecer as atividades de planejamento estratégico do Ministério Público foi um dos destaques da gestão do procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins. Os esforços nessa área iniciaram em 2018 com a criação do Comitê de Governança Estratégica e prosseguiram no biênio 2019-2021 focando em cinco seguimentos. São eles: Planos de Atuação Setoriais; Planos Diretores; Mapeamento de Processos; revisão e atualização do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores (PCCR); além do Plano Estratégico Institucional (PEI) para o período de 2020/2029. Os planos, nos diversos ní-

“ Atividades do planejamento estratégico fortalecidas ”

veis hierárquicos, ganham notório destaque, à medida que possibilitam, sobremaneira, a implementação, gradativa, porém constante, da cultura de planejamento na instituição, e permitem a formação de um sistema de planejamento, aliado a outros com-

ponentes, tão necessários ao fortalecimento da gestão e governança institucional. Concretamente, o trabalho desenvolvido pela administração permite o alinhamento da atuação ministerial, às suas diretrizes (PEI-2020-2029) e às diretrizes do Plano Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-2020-2029), resultando em maior visibilidade da atuação do promotor de Justiça no cenário nacional, melhor aproveitamento da força de trabalho, maior integração e articulação dos membros, maior acesso à população, além de maiores possibilidades do alcance da visão e da missão institucional.



Promotores aprendendo sobre as etapas de elaboração de um plano estratégico

MISSÃO E VISÃO DE FUTURO

No biênio 2019-2021 foi debatido e viabilizado o alinhamento dos programas do PPA e do orçamento às diretrizes previstas no planejamento estratégico institucional

O planejamento institucional é permeado por um conjunto de mecanismos voltados ao monitoramento de governança e a incentivos que visam assegurar que os integrantes do Ministério Público atuem sempre alinhados à missão e à visão de futuro, apoiados nos valores essenciais, a uma instituição inovadora, resolutiva e transformadora da realidade social. Dentre esses mecanismos, destaca-se a matriz de acompanhamento e avaliação, disponibilizada aos coordenadores dos Centros de Apoio Operacional que permite correlacionar a atuação dos membros nos três níveis do planejamento existentes no MPPA, concretizados no PEI, nos planos setoriais e nos operacionais. A partir das informações encaminhadas pelos membros é possível

medir os indicadores e alimentar o ciclo do processo por meio do PDCA (Planejamento/Desenvolver/Corrigir e Agir). No biênio 2019-2021 foi discutido e viabilizado, com a assessoria de planejamento orçamentário e financeiro da instituição, o alinhamento dos programas do PPA e do orçamento institucional, às diretrizes institucionais previstas no planejamento estratégico da instituição, permitindo demonstrar, pela primeira vez na instituição, que a execução do orçamento está direcionada ao alcance dos objetivos institucionais. A adoção da estratégia de constar na portaria de criação do órgão de gestão do planejamento (COGEPE) a atribuição referente a modernização administrativa, vem promovendo maior celeridade nos processos internos.

INOVAÇÃO PARA OS NOVOS TEMPOS

Criação de novos sistemas de gestão e aquisição de equipamentos aperfeiçoaram as atividades ministeriais

A tecnologia foi a grande aliada do Ministério Público durante o isolamento social imposto pela pandemia da covid-19. Membros, servidores e estagiários passaram a trabalhar em casa, mas nem por isso deixaram de realizar suas atividades. Para que os serviços não fossem paralisados, além do exponencial aumento na segurança cibernética, algumas iniciativas foram implementadas como o uso de plataformas virtuais para realizar reuniões, além da realização de eventos pela internet. Para não deixar o cidadão sem atendimento o Ministério Público criou

Também no ano da pandemia as sessões do Colégio de Procuradores e do Conselho Superior passaram a ocorrer virtualmente. Nesse mesmo ano foi implementado o Plenário Virtual no Ministério Público do Pará, uma inovação no julgamento de procedimentos extrajudiciais instituído pela Resolução 004/2020/CSMP/MPPA. A adoção desse sistema foi uma inovação sem precedentes, pois o MPPA foi o primeiro entre os MPs estaduais a utilizar essa modalidade de julgamento. Outra inovação implementada em 2020

“
**Criação de
novos sistemas
aperfeiçoaram
as atividades
ministeriais**
”

uma página em seu site chamada Central de Atendimento ao Cidadão que proporcionou à população a realização de diversos tipos de denúncia, além da possibilidade de acompanhar a distribuição e a movimentação da reclamação encaminhada.

A ferramenta é uma iniciativa tecnológica e de aproximação com o cidadão que pode ser acessada de qualquer região do estado onde haja acesso à internet.





Simp ATEC moderniza acesso ao GATI

“ O isolamento social imposto pela pandemia da covid-19 levou membros e servidores a se adaptarem às novas tecnologias ”

tem relação com as demandas que chegam ao Grupo de Apoio Técnico Institucional (Gati), a partir de junho de 2020 elas passaram a ser formalizadas exclusivamente por meio do SIMP ATEC, moderna ferramenta tecnológica para o gerenciamento eletrônico de documentos. Com a novidade, a instituição projeta dar maior celeridade às solicitações de apoio técnico, além de proporcionar economia de recursos e materiais. Procuradores e promotores de Justiça que precisarem de apoio dos técnicos do Gati para solicitar análises ou perícias técnicas passaram a utilizar o SIMP ATEC. A implementação consta do ato conjunto nº 002/2020 assinado pelo procurador-geral de Justiça do Pará, Gilberto Martins, e pelo corregedor-geral do MPPA, Jorge Rocha.

CONFIRA ALGUNS SISTEMAS IMPLEMENTADOS EM 2019-2020

- Ficha de atendimento ao cidadão
- Ficha de atendimento ao eleitor
- Formulário PLID
- Web Service de comunicação de feitos de Violência Doméstica ao CNMP
- Controle de procedimentos criminais (réu preso) no SIMP
- Plenário Virtual
- Estrutura de videoconferência para reuniões colegiadas
- Acesso através de VPN para usuários de instituição
- Inclusão de novos fluxos no GE-DOC
- Sistema de Pesquisas sigilosas de acesso individual
- Sistema de Controle de Chamados do Atendimento DAU
- Prestação de Contas online
- Sistema ATEC
- Painel de Justificativas – DRH
- Painel Implantação SIMP – DAP
- Painel de indicadores - DRH
- UPNOTAS (publicação de notas fiscais on-line)
- Averbação eletrônica de Certificado de Qualificação de Membros
- Pedido eletrônico de Antecipação de 13º
- Solicitação eletrônica de Afastamento para Qualificação
- Implementação de ferramenta substituta do Flash no GEDOC
- Comunicação eletrônica de instauração e arquivamentos de procedimentos extrajudiciais
- Sistema Galactus

Ampliando os meios de comunicação

Em junho de 2020 o MPPA passou a utilizar o “WhatsApp Business” no atendimento ao público

O Ministério Público do Pará ampliou os meios de comunicação com o público. Em junho de 2020 a instituição passou a adotar o “WhatsApp Business” nas Promotorias de Justiça e nas coordenações dos órgãos de execução. Por meio do aplicativo qualquer cidadão pode encaminhar denúncias e notícias de fato e, até mesmo, participar de reuniões virtuais para tratar de procedimentos em curso no órgão. A novidade é resultado do ato conjunto nº 003/2020 assinado pelo procurador-geral de Justiça do Pará, Gilberto Martins, e pelo corregedor-geral do MPPA, Jorge Rocha. A iniciativa partiu da necessidade de disponibilizar ao cidadão opções de acesso rápido e impessoal ao MPPA, permitindo, dessa forma, apresentar notícia da ocorrência de fatos e consultar a instituição sobre assuntos de seu interesse, evitando custos de deslocamentos e otimizando o tempo

para atendimento.

O Whatsapp foi escolhido para ampliar os meios de comunicação entre o MPPA e o cidadão pelo fato do aplicativo ser gratuito e ser de uso popular maciço.

Para o cidadão falar com a Promotoria de Justiça ou coordenação do órgão de execução do seu interesse, basta adicionar o número de telefone fixo da unidade ministerial à lista de contatos do Whatsapp e iniciar a conversa.

Com esta nova ferramenta, o MPPA amplia a plataforma de acesso eletrônico aos seus serviços, facilitando o atendimento ao público, a tramitação de informações e documentos e diminuindo a necessidade de deslocamento das pessoas aos órgãos de execução, o que repercutirá em melhorias no atendimento presencial daqueles que não possuem acesso à tecnologia de acesso remoto.

Veja as funcionalidades do aplicativo

Encaminhar denúncias, notícias de fato e informações para atuação institucional

Emissão de convites para comparecimento e esclarecimentos sobre demandas encaminhadas à instituição

Fazer comunicações para instrução de procedimentos e processos, observadas as diretrizes e as condições estabelecidas

Realizar reuniões com os interessados por videoconferência, quando viável e aceito pelas partes

Anexar documentos, vídeos, contatos e imagens

Realizar vídeoconferência através de sala exclusiva com capacidade para 10 pessoas

Realiza chamada de vídeo para reuniões de trabalho ou mesmo para atendimento ao público a distância

A unidade ministerial registra imediatamente a demanda no Simp, sistema eletrônico do MPPA de gestão da atuação dos órgãos de execução.

A unidade responde à mensagem confirmando o recebimento e informando o número do registro da demanda no Simp para acompanhamento do interessado



Atualmente 69 sedes administrativas são abrangidas pelo serviço de transportes

REFORÇO NA ESTRUTURA DA FROTA

No biênio 2019-2021 houve aumento de 6,16% no número de Promotorias atendidas em comparação ao ano de 2018. O número de veículos locados aumentou em 13% nesse período

Em sua segunda gestão a Procuradoria-Geral continuou investindo na terceirização de frota de veículos a fim de melhorar cada vez mais o trabalho desenvolvido, além de reduzir as despesas com impostos e outros encargos.

A renovação da frota faz parte das propostas de gestão do procurador-geral Gilberto Martins. Os servidores que antes desempenhavam estas funções foram realocados em outras atividades. Com esta iniciativa a administração superior conseguiu aumentar gradativamente o número de Promotorias de Justiça atendidas com veículos, sobretudo no interior do estado. Até o final de 2020, por exemplo, houve um aumento de 6,16% no número de Promotorias atendidas em comparação ao ano de 2018. O número de veículos locados aumentou em 13% nesse período.

Atualmente 69 sedes administrativas, de um total de 114, são abrangidas pelo serviço de transportes. Para tal atendimento, o Ministério Público possui contratos de locação, totalizando 151 veículos locados, distribuídos em 15 Regiões Administrativas.

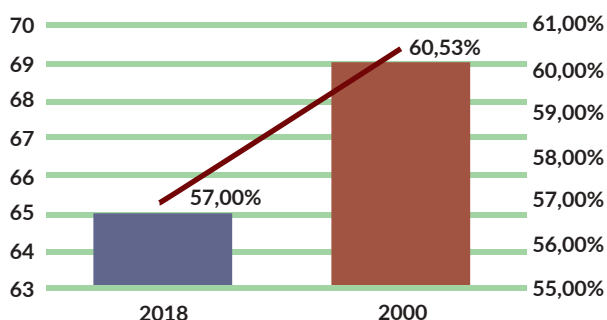
**“
Ministério
Público possui
contratos
de locação,
totalizando
151 veículos
locados,
distribuídos
em 15 Regiões
Administrativas
”**

Além de licitar a contratação de veículos e motoristas, em 2020, um total de 14 veículos usados em leilão organizado pelo MPPA foram comercializados rendendo um total de R\$ 312.116,67 ao órgão. A receita foi destinada ao fundo de reaparelhamento da instituição, resultando em investimentos e melhorias no próprio MPPA.

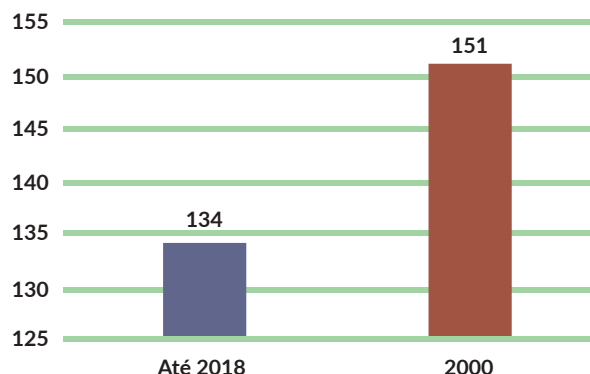
Limpeza e conservação

No biênio 2019-2020 mais três empresas foram contratadas para os serviços de limpeza e conservação somando mais 49 postos trabalho, além dos 29 contratados no biênio anterior (2017-2018). Os novos postos de serviço contratados foram distribuídos entre as unidades do MP localizadas Região Metropolitana de Belém e o município de Parauapebas.

PERCENTUAL DE ATENDIMENTO NAS SEDES ADMINISTRATIVAS (BIÊNIO 2018-2020)



QUANTITATIVO DE VEÍCULOS LOCADOS



Serviços de limpeza e conservação no biênio 2019-2020

Empresa	Contrato	Local	Posto de serviço
Limpar	110/2019	Região Metropolitana de Belém	45
Mundial	111/2019	Departamento Médico e Odontológico	2
Gama	023/2020	Parauapebas	2
Total posto de serviço			49

Acervo em constante atualização

A biblioteca Artemis Leite da Silva do MPPA está em constante atualização tanto de seu acervo físico como digital. No biênio 2019-2021 foram adquiridos mais de 1200 novos livros físicos. Já a biblioteca digital foi atualizada com mais de 500 itens, entre eles estão assinatura da plataforma RT online e do produto Lex Magister, com acesso ilimitado e simultâneo a todos os integrantes da instituição e assinatura Biblioteca Digital Fórum de Vídeos com 263 vídeos referentes a palestras de consagrados juristas, tratando de temas que foram focos de debates em eventos realizados pela Fórum e parceiros. Outros serviços foram renovados como as plataformas jurídicas: Fórum Conhecimento Jurídico, RT PROVIEW, DOINET, JML e Periódicos da Editora IOB. Também foram realizados treinamento online para utilização da plataforma de pesquisa jurídica RT online e RT online



Acervo físico e digital somam mais de 1700 unidades

proview. A expectativa futura para biblioteca do MPPA é ampliar o acesso à informação jurídica por meio de recursos digitais, aos integrantes da Instituição lotados, principalmente, nas Promotorias de Justiça do Interior do Estado. Oferecer novos treinamentos para melhor utilização dos recursos digitais, atualização constante do acervo, além de realizar inventário do acervo de livros.



Investimentos na aquisição de móveis e equipamentos

Mais de R\$ 800 mil reais foram investidos em 2020 em móveis e equipamentos atendendo um total de 59 Promotorias

Apesar de 2020 ter sido um ano fortemente impactado pela pandemia, os investimentos do MPPA na aquisição de equipamentos e materiais permanentes não foram paralisados atingindo o montante de R\$ 826.113,72. A somatória das despesas com mobiliário em geral e equipamentos de processamento de dados atingiu a importância de R\$ 670.076,31, representando 81,11% dos dispêndios realizados à conta da Natureza de Despesas Equipamentos e Materiais Permanentes, ou seja, a grande maioria dos gastos centra-se nestes três itens ante a importância que representam para o desenvolvimento profícuo das atividades institucionais do Ministério Público em prol da sociedade paraense.

Os novos bens adquiridos atenderam 59 Promotorias de Justiça do interior do Estado: Abaetetuba, Acará, Alenquer, Almeirim, Altamira, Anajás, Ananindeua, Anapú, Barcarena, Benevides, Bragança, Breu branco, Breves, Canaã dos Carajás, Capanema, Castanhal, Conceição do Ara-



guaia, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Igarapé-açu, Igarapé-Miri, Ipixuna do Pará, Irituia, Itaituba, Jacundá, Juruti, Limoeiro do Ajuru, Mae do rio, Maracanã, Marituba, Medicilândia, Monte alegre - sede, Muaná, Novo progresso, Óbidos, Ourilândia do norte, Pacajá, Paragominas, Paraupebas, Ponta de pedras, Redenção, Rondon do Pará, Salinópolis, Salvaterra, Santa Izabel do Pará, Santana do Araguaia, Santarém, São Caetano de Odivelas, São domingos do Araguaia, São domingos do capim, São Francisco do Pará, São João do Araguaia, São Sebastião da Boa Vista, Soure, Tailândia, Tomé-açu, Tucuruí, Viseu e Xingua.

Instalações físicas das Promotorias de Justiça

Atualmente, dos 144 municípios paraenses, apenas 25 municípios não possuem Promotorias de Justiça instaladas. O MPPA conta com 64 Promotorias de Justiça que funcionam em salas do Fórum, 23 em prédios alugados e 3 em prédio cedido. Um total de 37 Promotorias funcionaram em sede própria

**25**

**Municípios
não possuem
Promotorias
instaladas**

**37**

**Promotorias
funcionam em
sede própria**

**65**

**Promotorias
funcionam em
salas do Fórum**

**23**

**Promotorias
funcionam
em imóveis
alugados**

**3**

**Promotorias
funcionam em
prédio cedido**

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA EM FOCO

Apesar da pandemia paralisar alguns projetos, impossibilitando a aplicação dos recursos, ainda assim muito foi realizado no biênio 2019-2020

No biênio 2019-2020 a Procuradoria-Geral de Justiça manteve o foco no equilíbrio fiscal sem deixar de lado os investimentos necessários para a expansão das atividades institucionais e constante melhoria dos serviços.

Para prosseguir com o ritmo dos investimentos Gilberto Martins precisou dar continuidade ao processo contínuo de vigilância e debate técnico com o Executivo e o Legislativo para defender o orçamento ministerial e manutenção do repasse, pelo Governo do Estado, de 5,15% da receita líquida resultante de impostos, evidenciando a essencialidade da manutenção desse percentual para que seja garantida a presença do Ministério Público em todo o Estado do Pará.

O MPPA também fez sua parte, mantendo as despesas com pessoal e encargos abaixo do limite de alerta e fazendo investimentos cirúrgicos apenas em itens previamente planejados que dispunham de recursos em caixa, como obra para reformas de prédios próprios ou construções de novas sedes no interior.

Com responsabilidade fiscal e muito trabalho o órgão executou 97% dos recursos ordinários recebidos em 2019. Porém, em 2020, a eficácia financeira foi impactada pela pandemia do novo coronavírus uma vez que muitas programações tiveram que ser suspensas, impossibilitando a aplicação dos recursos. Apesar de todas as dificuldades impostas pela pandemia, o órgão executou 83% dos recursos ordinários recebidos em 2020. Mesmo nesse contexto de contenção das despesas, foram garantidos os recursos necessários para as ações da tecnologia da informação, em resposta às dificuldades trazidas pela pandemia ao ambiente de trabalho institucional, garantindo-se a ação ministerial junto às demandas da sociedade.



Crescimento institucional e manutenção das estruturas

Nos anos de 2019 e 2020 o Ministério Investiu principalmente no aparelhamento das unidades institucionais, além de obras e reformas para melhor atender a população

INVESTIMENTOS 2019-2020



TOTAL: R\$ 13,8 milhões

Um total de R\$ 6,8 milhões foram investidos em obras e reformas no biênio 2019-2020. Nesses dois anos foram entregues 18 sedes pela Procuradoria-Geral incluído construções novas e prédios reformados do zero. Outro foco da gestão de Gilberto Martins foi aparelhamento das sedes e imóveis construídos que ultrapassou a ordem de R\$ 7 milhões. Porém, por conta da pandemia da covid-19, alguns projetos precisaram ser paralisados no ano de 2020. Somando os 4 anos de gestão, os investimentos no aparelhamento institucional chegaram a R\$ 22 milhões de reais. Os bens novos adquiridos serviram para atender as necessidades das Promotorias de Justiça, sobretudo, do interior do estado.



Móveis e equipamentos adquiridos aparelharam as seguintes sedes

2017	2018	2019	2020
MONTE ALEGRE	ALENQUER	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	ACARÁ
	ALTAMIRA (Prédio anexo)	PARAUPEBAS	JACUNDÁ
	ANANINDEUA (Prédio anexo)		PONTA DE PEDRAS
	CASTANHAL (Prédio anexo)		RONDO DO PARÁ
	MARACANÃ (Prédio anexo)		SÃO FRANCISCO DO PARÁ
	ALTAMIRA (Prédio anexo)		XINGUARA

Atuação do gabinete militar

O gabinete militar possui atualmente 7 oficiais policiais militares e 1 oficial bombeiro, além de 149 praças militares e 25 praças bombeiros responsáveis pela segurança institucional. Atualmente 58 Promotorias contam com segurança na guarda.



Atendimentos realizados

2019	2020
4.785	1005

Sedes de Promotorias com militar na guarda

2019	2020
4.785	1005

Escolta de membros ameaçados

2019	2020
4.785	1005

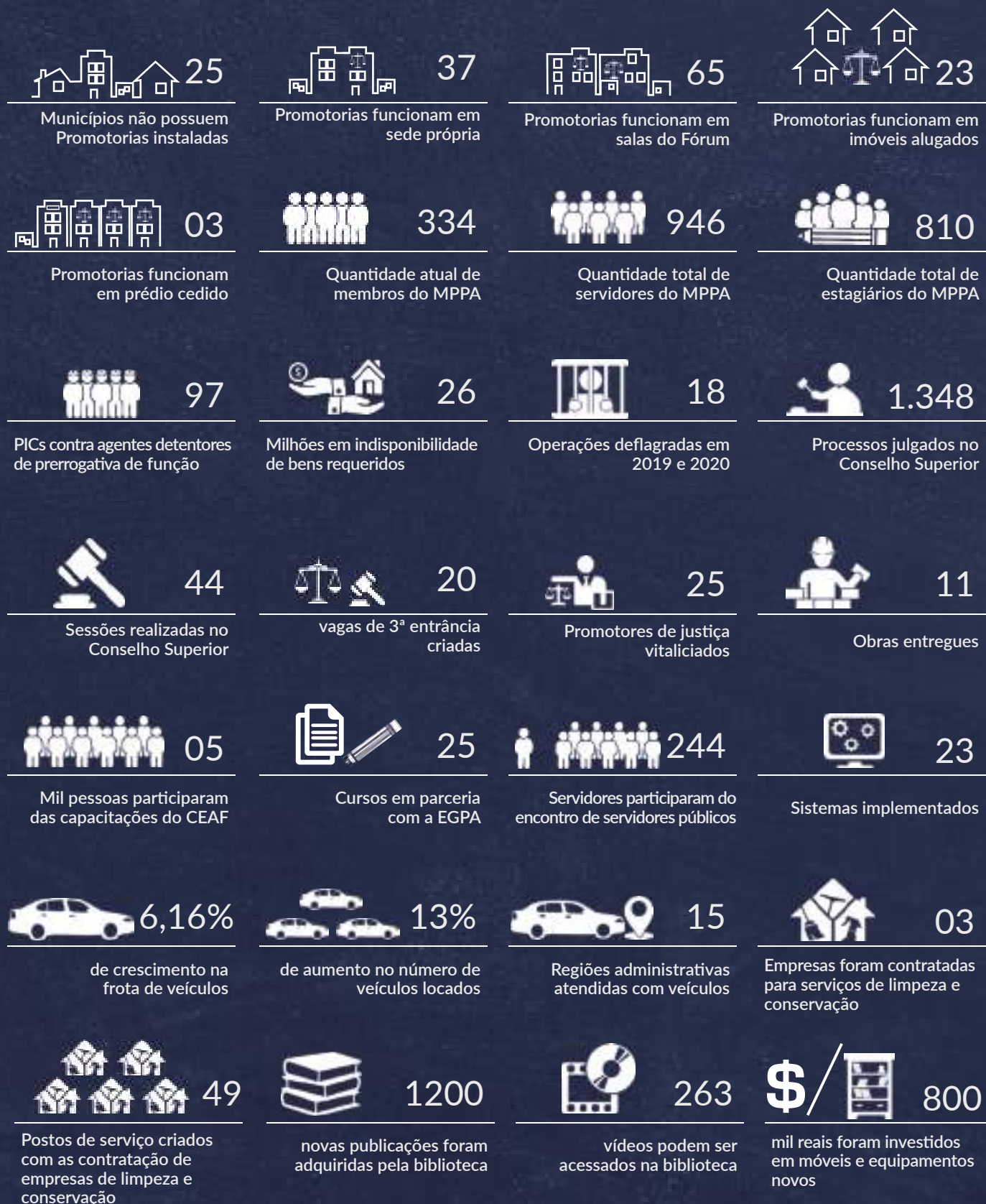
Olhos bem abertos

O Gabinete Militar também é responsável pela manutenção dos equipamentos de segurança da instituição que passam por manutenções permanentes.



A GESTÃO EM NÚMEROS

INSTITUCIONAL





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Rua João Diogo 100 - Cidade Velha - Belém - PA
CEP 66015-166 a (91) 4008-0400 (Promotorias)
(91) 4006-3400 (Edifício Sede)

 www.mppa.mp.br

 Face: /MPPAoficial

 Twitter: @MPPAoficial

 Instagram: mppaoficial

 Youtube: /ministeriopublicopa